

Revista



Amazônia
Agroecológica

2025



APOIO



Redação: Gabriela Cunha e Máira Fernandez

Edição: Paula Schitine

Diagramação: Ana Luisa Dibiasi

Rio de Janeiro e Belém, junho de 2024

SUMÁRIO:

- 1. Editorial: Amazônia Agroecológica: contexto, atuação e resultados para além do projeto. Pg.**
- 2. Os caminhos da construção de uma proposta de justiça social, ambiental e climática. Pg.**

Eixo Territórios

- 1. Territorialidades em disputa no Pará e no Mato Grosso reforçam a importância de se promover o fortalecimento de políticas públicas de agroecologia. Pg.**
- 2. Desafios para a efetivação à terra e ao território na Amazônia (Julianna Malerba) Pg.**

Eixo Segurança Alimentar

- 3. Direito à alimentação adequada e saudável: o papel das resistências das comunidades amazônicas na promoção da diversidade alimentar e na construção do caminho da soberania alimentar (Maria Emilia Pacheco). Pg.**
- 4. Modos de vida e políticas para a agricultura camponesa (Raimundo Nonato) - Pg.**
- 5. Respeito às Culturas alimentares (Fábio Pacheco). Pg.**
- 6. Conhecer para respeitar: integração da gestão pública com as agricultoras locais (Elianne Arruda Pires). Pg.**

Eixo Financiamento

- 7. Fundo Dema: recursos que avançam e os desafios que permanecem (autora Graça Costa). Pg.**
- 8. Fundos Comunitários Territoriais e Governança Local (autora Luciene). Pag.**
- 9. Perspectivas sobre fazeres indígenas e incidência institucional (autora Valéria Paye). Pg**
- 10. Agendas de financiamento climático e de efetivação do direito à terra: dos aprendizados da Rio-92 às oportunidades da COP30 (autor Aurélio Viana). Pg.**
- 11. Do problema à solução: como nasceu o Fundo Dema (autor Felício Ponte) Pg.**
- 12. Os desafios de um banco formado por pessoas (Leonardo Pamplona) Pg.**

Eixo: Conhecimentos e Modos de vida

- 13. Formação técnica e acadêmica em agroecologia avança com ações de resistência em meio a desafios. Pg.**
- 14. Processos educativos fortalecem identidades, histórias, lutas e resistências no Pará e em Mato Grosso. Pg.**

Amazônia Agroecológica: contexto, atuação e resultados para além do projeto

A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) está presente na região amazônica há 40 anos trabalhando em conjunto com as comunidades tradicionais e os movimentos sociais comprometidos com práticas sustentáveis e justas. Em 2019, a FASE e o Fundo Dema iniciaram o projeto Amazônia Agroecológica, com apoio do Fundo Amazônia com o propósito de fortalecer grupos de produtores familiares que fazem produzir pela com a Agroecologia em duas grandes regiões do bioma: nos territórios da Baixada Cuiabana e no Sudoeste de Mato Grosso–MT; e no Baixo Amazonas, no Pará, áreas que enfrentam diversos desafios socioambientais pelo avanço do agronegócio e da mineração.

Uma das principais razões para a criação do projeto foi aprofundar o debate da agroecologia na Amazônia como um modelo econômico viável de desenvolvimento.

A agroecologia é uma abordagem essencial de permanência nos territórios por enfatizar práticas que respeitam os ecossistemas e promovem a produção de alimentos de maneira justa e ecológica. Ao integrar aspectos sociais, econômicos e ambientais, a agroecologia se constitui numa resposta eficiente e urgente ao modelo agrícola do agronegócio, que gera degradação ambiental, grilagem de terras, dependência de uso de agrotóxicos e impactos negativos para a saúde e os modos de vida no entorno de suas atividades.

Ao priorizar comunidades tradicionais, povos quilombolas, assentamentos agroextrativistas, comunidades ribeirinhas e povos da floresta, a FASE atuou apoiada na compreensão das características específicas de cada território, respeitando as visões sobre a agroecologia, a diversidade cultural e de organização comunitária. Essa é uma premissa da atuação da FASE.

O projeto demonstrou ser crucial para que as comunidades possam continuar resistindo, protegendo a floresta e garantindo a sua existência.

Um dos principais avanços alcançados pela atuação nos territórios em questão foi o fortalecimento da autonomia feminina. A FASE teve a preocupação de estabelecer programas de formação específicos para mulheres e garantir a participação ativa delas nos colegiados do projeto. Com isso, no decorrer das ações, as agricultoras e agroextrativistas passaram a se perceber como protagonistas da ação, capazes de fazer a gestão política dos territórios e de alcançarem a geração de renda a partir da agroecologia.

Esse apoio construído no entendimento de que elas são agentes ativas do processo, e não apenas beneficiárias de um projeto com tempo determinado, foi um dos resultados mais importantes alcançados, sendo percebidas lideranças políticas formadas e/ou fortalecidas durante o processo. Além de resultados positivos também no âmbito pessoal, com aumento de renda e da autoestima, o que garantiram também maior segurança no enfrentamento às violências de gênero.

Com os recursos empregados por meio do projeto também foi possível promover uma série de melhorias na infraestrutura usada pelos grupos nos territórios, dar visibilidade e apoio às práticas agroecológicas já existentes, e ampliar a participação em chamadas públicas e em programas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No âmbito do projeto, foi realizado o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica: Conservação da Biodiversidade, Floresta e a Segurança Alimentar e Nutricional, que reuniu cerca de XXXXX produtores agroextrativistas, quilombolas e indígenas, além de movimentos sociais, redes, órgãos públicos, operadores de direitos e instituições de pesquisa em Belém (PA) no mês de abril de 2024. Parte das discussões está reunida neste material que estamos apresentando.

É importante destacar que tais resultados foram construídos mesmo frente a desafios inesperados, como a pandemia de Covid-19 - que gerou a necessidade de isolamento social e escancarou a desigualdade no acesso à internet e o desconhecimento sobre a usabilidade de ferramentas de informática por muitos agricultores -, e a dificuldades já conhecidas, como aspectos burocráticos que desconsideram a falta de regularização fundiária de comunidades que há décadas lutam por seus direitos territoriais.

Outro aspecto que precisa ser registrado é o acentuamento das mudanças climáticas. No decorrer da realização do Amazônia Agroecológica vimos as secas intensas e as queimadas avançarem em velocidade maior do que a construção de soluções por parte dos governantes. Agimos para apoiar comunidades que não geram a crise climática, mas que são afetadas por ela de maneira mais grave. E atuamos para evidenciar que os sistemas de produção resilientes e socialmente justos nos territórios amazônicos são parte das soluções necessárias.

Com a proximidade da COP 30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que será realizada em Belém, no Pará, em 2025, há uma oportunidade de destacar a importância da agroecologia na Amazônia no combate às mudanças climáticas e de se avançar na responsabilização dos países emissores de gases de efeito estufa.

Ao mesmo tempo, é preciso que as vozes dos povos da Amazônia ganhem visibilidade. Por isso, a FASE está comprometida com a organização e o fortalecimento da Cúpula dos Povos, uma iniciativa que busca garantir que os povos tradicionais tenham suas propostas ouvidas.

Para além da COP 30, a FASE continuará empenhada em criar espaços em outros fóruns internacionais para que as organizações populares e os povos da Amazônia possam dialogar diretamente com os tomadores de decisão e mostrar ao mundo como gerir o território sem recorrer à exploração devastadora.

[Veja mais detalhes sobre o projeto Amazônia Agroecológica.](#)

ENTREVISTA

Amazônia Agroecológica: os caminhos da construção de uma proposta de justiça social, ambiental e climática

A temática da agroecologia sempre existiu na prática produtiva dos territórios da Baixada Cuiabana (MT) e do Baixo Amazonas e Baixo Tocantins (PA). Para dar visibilidade a essas comunidades e apoiá-las na continuidade às práticas, o projeto Amazônia Agroecológica foi criado. A proposta da FASE objetivou a promoção do debate sobre a implementação da agroecologia como um projeto político de desenvolvimento econômico sustentável que vai para além de um método de. A execução se pautou pelo protagonismo das comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas e demonstra como o recurso público bem empregado é um mecanismo de justiça social, ambiental e climática.

Sara Pereira, coordenadora da FASE Amazônia, e Cidinha Moura, coordenadora da FASE Mato Grosso, relatam os principais pontos do projeto.

O projeto Amazônia Agroecológica, executado pela FASE e o Fundo Dema, com o apoio do Fundo Amazônia, proporcionou a assistência direta a famílias agricultoras e agroextrativistas no Pará e em Mato Grosso, e financiou pequenos projetos locais. No que essa proposta se difere de outras já realizadas pela FASE?

Sara Pereira - A agroecologia é um instrumento essencial que permite a permanência das famílias na terra por meio do manejo adequado de sistemas produtivos em equilíbrio. Há toda uma prática ancestral que traz uma relação integradora com o território, visto que as pessoas enxergam a natureza como um elemento constitutivo da sua própria existência. O Amazônia Agroecológica é criado para aprofundar o debate da agroecologia e aprimorar as técnicas de proteção da floresta que são realizadas pelos agricultores agroextrativistas e comunidades tradicionais e quilombolas. Para isso, alia assistência técnica, acompanhamento das experiências produtivas, programas de formação e de gestão política. A FASE é uma organização de educação popular que tem na assistência técnica uma de suas ferramentas de ação para a promoção da agroecologia, e através do Amazônia Agroecológica procura promover a mensagem que a agroecologia demanda territórios protegidos.

Quais são os entraves para a implementação da Agroecologia na Amazônia?

Sara Pereira - Um dos principais entraves é a falta de regularização dos territórios. O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que é o financiador do Amazônia Agroecológica, adota inúmeras exigências e muito disso passa por requisitos documentais, como a comprovação de titularidade da terra e a outorga de água. Só que na Amazônia ter esses documentos é um problema gravíssimo. Há um caos fundiário intencional e produzido de forma deliberada para beneficiar o setor do agronegócio que se apoia na grilagem de terras.

A FASE trabalha com territórios que lutam há anos para que as áreas sejam tituladas, especialmente os territórios coletivos, como o Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande). Com o projeto Amazônia Agroecológica, trouxemos isso à tona e apresentamos para o BNDES a necessidade de se construir alternativas que

dialoguem com as realidades específicas amazônicas, pois é algo que afeta a realização deste e de novos projetos.

Do ponto de vista institucional, quais os principais resultados positivos alcançados?

Sara Pereira e Cidinha Moura - Escolher um resultado é um desafio enorme porque houve muitos avanços nesse projeto. Mas algo que precisa ser destacado é o engajamento das mulheres. O empoderamento das mulheres foi algo excepcional. Desde o início do projeto Amazônia Agroecológica a FASE olhou para as mulheres como um público que precisava de atenção especial, indo além do entendimento de público-alvo.

Para que elas pudessem ser protagonistas do projeto, realizamos um programa de formação específico, o "Multiplicadores e Multiplicadoras em Agroecologia", uma experiência que possibilitou a elas o entendimento de serem sujeitas produtoras do sistema agroecológico e não só meras beneficiárias de uma proposta de assistência técnica. Um elemento que ajudou muito nisso foi a experiência do colegiado, um espaço de gestão compartilhada do projeto, onde as mulheres tiveram sempre uma voz muito ativa, tanto para discutir os problemas quanto para apontar soluções.

Foi muito bonito ver a tomada de consciência das mulheres quebrando a estrutura patriarcal do machismo, se colocando como líderes, decidindo politicamente os processos, e gerando renda para suas famílias. Notamos um sentimento de pertencimento e de amadurecimento de capacidades que não havíamos alcançado em outros projetos.

Esse foi o segundo projeto da FASE financiado pelo Fundo Amazônia, mas a primeira experiência de financiamento para a FASE Mato Grosso. O que foi possível construir a partir desses recursos?

Cidinha Moura – A FASE atua no Mato Grosso desde 1987, em uma região próxima à Bolívia, onde já havia pressão da pecuária de corte e, nos últimos anos, a soja começou a ter uma presença maior por conta das políticas voltadas para fortalecer o agronegócio.

Na Baixada Cuiabana, onde estão presentes as comunidades tradicionais, os povos quilombolas e os assentamentos criados nos últimos 20 anos, ainda encontramos as sementes crioulas sendo usadas como um meio de resistência. Com os recursos do projeto, dobramos o número de festas de trocas de sementes entre os agricultores e as agricultoras. Houve recursos específicos para os animadores de sementes, que são homens e mulheres que trabalham para resgatar sementes crioulas nos territórios.

Conseguimos adquirir kits para testar sementes de milho, assegurando que os agricultores continuem produzindo alimentos usando sementes crioulas e não transgênicas. Com isso, houve avanços importantes para a biodiversidade da região, que é altamente ameaçada pelo agronegócio.

Com os recursos, também reformamos espaços como as cozinhas comunitárias, para que pudessem se adequar às normas da vigilância sanitária. Incentivamos a produção de mudas através dos viveiros comunitários e oferecemos assessoria técnica com frequência. Um dos grandes avanços foi a construção de um biodigestor que era um

sonho antigo dos agricultores que trabalham com a criação de gado e, agora podem ter a produção de gás e biofertilizantes.

Também destaco a execução do programa de formação “Mulheres em Agroecologia”, no qual as mulheres passaram a se reunir e a aprender mais sobre as práticas em agroecologia, foi muito importante.

O apoio financeiro nos permitiu, ainda aumentar o número de pessoas impactadas pela nossa metodologia “Agroecologia Pé no Chão”. O curso modular foi executado na Baixada Cuiabana e na região Sudoeste de Mato Grosso. Fizemos intercâmbios entre os agricultores de outros movimentos sociais e de outros territórios de atuação da FASE. Trouxemos consultores especializados para trabalhar temas que antes não abordávamos, como a contabilidade rural, o funcionamento das pequenas cozinhas e o acesso a políticas públicas.

Garantimos a continuidade da equipe da FASE para a execução das atividades mesmo durante a pandemia. Foi um período em que foi preciso nos reinventarmos e de muito, muito trabalho, mas avaliamos que o esforço valeu a pena.

Outro resultado importante foi o fortalecimento da “Rede Caminhos da Agroecologia”, promovida pelos parceiros da FASE. O objetivo da Rede é identificar as chamadas públicas e mobilizar as organizações de agricultores/as a participarem. Com os recursos disponíveis, conseguimos nos reunir com mais frequência para desenvolver estratégias de comercialização e facilitar o acesso a programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE). Quando o PAA foi retomado, em 2023, conseguimos aprovar três projetos de organizações de mulheres, ou seja, o projeto possibilitou a busca de recursos de outras fontes.

No âmbito do projeto foi realizado em abril de 2024 o Seminário Nacional, com o objetivo de dialogar sobre a conservação da biodiversidade, da floresta e a segurança alimentar e nutricional na Amazônia. Como as discussões realizadas ajudam o trabalho da FASE?

Cidinha Moura - Com o Seminário identificamos o que realmente funcionou ao longo da execução do projeto e o que ainda pode melhorar com relação às ações nos territórios. Também ficou evidente o problema da escassez de água que afeta os agricultores. Nosso papel, a partir deste encontro, será pensar tecnologias sociais próprias e mapear aquelas já criadas pelos agricultores para que possam ser incorporadas em novos projetos visando o aproveitamento da água da chuva, por exemplo.

Sara Pereira - A escuta é um elemento fundamental na metodologia de educação popular da FASE e o Seminário foi um espaço importante para os sujeitos principais da ação, ou seja, as comunidades que realmente tocam a proposta do Amazônia Agroecológica no dia a dia.

Ficou claro, a partir das manifestações, que os projetos precisam ouvir as comunidades amazônicas e considerá-las produtoras de conhecimento. A história nos mostra que muitas iniciativas foram implementadas a partir da realidade de outros lugares do Brasil e, por mais bem intencionadas que fossem, se mostraram experiências frustrantes, que deixaram as pessoas endividadadas e desacreditadas.

O Seminário Nacional foi realizado um ano antes da COP 30, que será realizada no Brasil. Como ele serve de insumo para a incidência da FASE no evento e para o fortalecimento da temática da agroecologia?

Sara Pereira e Cidinha Moura - Ao mesmo tempo que a COP30 é uma oportunidade de visibilidade para a região da Amazônia, há também o desafio de se promover o protagonismo das comunidades. A FASE tem fortalecido a construção da Cúpula dos Povos, um espaço para vozes dos diversos biomas demonstrarem que a solução para a crise climática não está no mercado, que enxerga a natureza como algo a ser explorado.

A Amazônia tem muito o que dizer para o mundo. Por isso, ministramos um curso sobre a crise climática e sobre o que é uma conferência para mobilizar as lideranças.

Os territórios onde o Amazônia Agroecológica foi realizado demonstram, há muito tempo, como desenvolver sistemas produtivos sem a sanha devastadora do grande capital. É fundamental que essas vozes cheguem neste espaço de discussão e que sejam reconhecidas como criadoras de soluções para a questão climática.

Também entendemos que é preciso que os países produtores da crise climática, sobretudo do Norte global, que são os grandes emissores de gases de efeito estufa, se responsabilizem e financiem as soluções que, efetivamente, garantem a proteção das florestas.

Quais outros legados o projeto Amazônia Agroecológica deixa?

Cidinha Moura - Ampliamos nossa *expertise* sobre a dinâmica do Fundo Amazônia, o que nos dá mais possibilidades de executar, com sucesso, novos projetos para atender as demandas que os agricultores apresentaram a partir do Amazônia Agroecológica.

A rota de comercialização agroecológica, que foi fortalecida no Mato Grosso, também deve ser levada para o Pará. Ao mesmo tempo, o Fundo Dema, que antes só atuava no Pará, passará a apoiar grupos no Mato Grosso com a nossa contribuição. Tudo isso foi alcançado através do Amazônia Agroecológica.

Vejo também que o projeto fortaleceu nossa participação na Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida, na Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Sara Pereira – A execução do projeto já foi concluída, mas ainda hoje recebemos diariamente fotos das atividades realizadas nos viveiros, nas cozinhas comunitárias e nos galinheiros que foram instalados. As comunidades deram continuidade ao que foi conquistado mesmo com poucos recursos disponíveis frente ao tamanho do território. Hoje, o Fundo Amazônia enxerga o Amazônia Agroecológica como uma iniciativa a ser replicada, para que outras comunidades possam acessar o Fundo. O projeto também é um bom exemplo para inspirar o próprio executor [BNDES] a pensar melhor a política pública. Amazônia Agroecológica demonstra como o recurso bem empregado é um mecanismo de justiça social, ambiental e climática.

Eixo Territórios

Territorialidades em disputa no Pará e no Mato Grosso reforçam a importância de se promover o fortalecimento de políticas públicas de agroecologia

Diálogos do Seminário Amazônia Agroecológica perpassaram as mobilizações para a manutenção dos saberes e a maior efetividade de direitos dos produtores agroextrativistas, quilombolas e indígenas

Promovido pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e o Fundo Dema, no Pará, o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica: Conservação da Biodiversidade, Floresta e a Segurança Alimentar e Nutricional foi um espaço importante para as inúmeras vozes que denunciam os ataques do agronegócio e de grandes empresas mineradoras.

“Há uma tentativa de nos tirar dos nossos territórios para que os projetos de destruição que não colocam comida na mesa, apenas geram produtos contaminados pelo agrotóxico, possam avançar. Mas resistimos com nossos modos de vida e culturas mesmo diante de várias violências e da criminalização dos nossos povos”, enfatizou Laura Silva, liderança do Quilombo da Mutuca, em Ribeirão da Mutuca, no município de Nossa Senhora do Livramento, na região oeste do estado do Mato Grosso.

A participação da liderança, que também é dirigente quilombola da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), ocorreu após fortes ameaças de vida dentro do seu território. Em 2023, um grupo de pessoas invadiu a região do quilombo alegando que as terras não pertenciam aos quilombolas.

As ameaças foram feitas aos familiares da líder. A FASE, através da articulação com comunidades que realizam trabalho de construção e obtenção da qualidade de vida e proteção da terra, repudiou essas ameaças e exigiu o posicionamento da justiça.

Assim como a participação de Laura Silva, a presença de Maria Ivete Bastos também foi significativa. Com 30 anos de atuação pela luta agrária, ela viveu por dez anos sob proteção policial. Ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, que também compreende os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, Ivete foi ameaçada de ser queimada viva por defender a Amazônia. Ex-vereadora, e coordenadora da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR), ela refletiu sobre a influência da chegada da soja na região do Tapajós para além do desequilíbrio ambiental.

“A gente conhecia a soja só com o nome ‘óleo de soja’, mas não sabíamos que com ela viria o êxodo rural, o maior conflito fundiário da história do município de Santarém, e a divisão dos povos tradicionais. Os grandes grupos do agronegócio cooperam entre si para promover diferentes estratégias que nos ameaçam. Hoje, quando vou aos territórios, não sou ameaçada pelos pistoleiros, mas pelos próprios moradores por quem lutamos. O capitalismo conseguiu essa divisão”.

Ela ainda expôs como a pressão das grandes empresas do agronegócio e da mineração também afetou a autoestima coletiva.

“Quando eu perguntava para as pessoas o que elas eram, 90% da população do município respondia com muita alegria: ‘sou posseira da terra’. Eu não acreditava que alguém poderia tomar a terra onde vivo desde sempre e meus antepassados estão

enterrados. Sou filha da terra, da água e da floresta, mas para essas empresas eu sou uma assentada e empecilho para o desenvolvimento”.

As ameaças que as múltiplas territorialidades amazônicas sofrem afetam especialmente as mulheres. Se no contexto social brasileiro, alimentar é uma das atividades de cuidados que atravessa o trabalho doméstico, majoritariamente feminino, no contexto amazônico, esse traço social se soma à luta pelo desenvolvimento de seus territórios e o combate à fome e à pobreza. Ao mesmo, a destruição dos rios e das terras afeta de maneira especial as experiências agroecológicas e de autoafirmação política e financeira das mulheres.

Em Ribeirão da Mutuca, na Baixada Pantaneira, o monocultivo da soja e atividades de mineração têm levado várias comunidades quilombolas e tradicionais a ficar sem acesso à água própria para o consumo.

“Como tratar de uma cultura alimentar se as águas de rios, poços artesianos e até da chuva estão contaminadas? A nossa resistência está em um alimento de qualidade para o meu vizinho do lado direito, para o meu vizinho do lado esquerdo e para toda uma sociedade que precisa se alimentar de modo saudável. Mas como fazê-la se sofremos cotidianamente com os desequilíbrios ambiental e natural? Com o racismo ambiental? Com as queimadas injustiças climáticas?”, denunciou Laura Silva.

Como mostrou o relatório “Agrotóxicos no Pantanal”, elaborado em 2021 pelas organizações FASE, CONAQ, e o Neast/UFMT com o apoio do projeto Amazônia Agroecológica e Fundo Amazônia, o Mato Grosso é o estado brasileiro que mais utiliza substâncias tóxicas na agropecuária. Nos municípios de Poconé, Cáceres e Mirassol D’Oeste, foram utilizados nas lavouras 142.738,855 kg de princípios ativos de agrotóxicos.

Para Ivete Bastos, “enquanto a velocidade do agronegócio é muito rápida, o governo é lento demais e acena cada vez mais para outros interesses em vez de pensar uma política ambiental”. Em sua avaliação, os órgãos de governo “não querem a preservação quando legalizam um plano de manejo predatório dentro de uma unidade de conservação e não fazem fiscalização e quando não há uma prioridade clara e expressa para os assentamentos coletivos agroextrativistas nas falas do governo”.

Reconhecer para permanecer

A luta nos territórios também se estabelece para fazer valer os escopos legais já existentes no reconhecimento dos agricultores agroextrativistas, povos tradicionais e quilombolas.

Dentro desse contexto surge a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos Pará), que articula a participação dos 144 municípios do estado na criação de um espaço para que os agricultores e as agricultoras familiares desses territórios possam participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Criado pela Lei nº 11.947/2009, o PNAE tem como objetivo garantir a alimentação escolar dos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica pública contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Para atender a diretriz de emprego da alimentação saudável, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do programa devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. A medida visa estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Ainda assim, agricultores assentados e quilombolas enfrentam uma série de entraves para acessar essa política, e também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A

regularização fundiária tem se constituído em uma das principais barreiras. Ainda que não haja limitação formal sobre a participação de agricultores detentores de posse agrária em chamadas públicas, muitos não conseguem participar dos programas. Outro fator é a resistência da indústria alimentícia, que tem criado toda sorte de problemas para que chamadas públicas especiais não aconteçam. A chamada pública especial, no âmbito do PNAE, é uma forma de compra direta de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações.

É nessas frentes que Catrapovos-Pará busca incidir desde 2021. “O que se objetiva com uma política pública é contemplar, os destinatários, ou seja, os agricultores familiares e agora, mais recentemente, com especial atenção para as mulheres agricultoras, e os beneficiários, ou seja, os escolares e as escolas. E é para isso que estamos atuando fortemente”, assegurou Helena de Melo, promotora de Justiça Agrária do Pará em Santarém e coordenadora da mesa de diálogos Catrapovos-Pará.

Formada por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará, a mesa de diálogo atua em âmbito estadual, debatendo ações, bem como realizando orientações através de Notas Técnicas e Recomendações Legais conjuntas, voltadas para viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar.

“É preciso entender que a política pública do PNAE não é uma política exclusiva de alimentação. Ela também é uma política de fixação do homem da terra e de desenvolvimento local, ou seja, de desenvolvimento da sustentabilidade social, ecológica e ambiental. Sua abrangência contempla todas as adversidades que podemos encontrar em um território”, enfatizou.

Ângela Lopes, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e representante do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) entende que é preciso vontade política para fazer o processo da agroecologia acontecer. Afirmou ainda que as políticas públicas precisam incidir para a garantia da segurança alimentar e criticou os diferentes níveis de governo que promovem a ideia de uma economia verde sem considerar projetos de assistência técnica preocupados com a preservação dos territórios.

“O açaí faz parte da cesta básica do paraense, mas isso está comprometido pelas grandes indústrias do monocultivo que plantam, processam e vendem nosso alimento a preços abusivos. Nos assusta quando nos deparamos com a imposição de um sistema alimentar globalizado e neoliberal. As atuais gerações de crianças e jovens já são afetadas pelo desaparecimento de plantas e alimentos constituintes dos sistemas alimentares próprios da Amazônia. Isso é reflexo do sufocamento promovido pelo agronegócio contra a agricultura familiar”.

Nas discussões sobre a permanência nos territórios também foi abordada a situação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém, criado em 2005, por demanda das comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande, que juntas compõem toda a gleba Lago Grande.

Um documento fundamental para proteger o PAE Lago Grande é a o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Previsto em decreto desde 1967 e incorporado na legislação federal em 1988 e 2007, o documento garante a conclusão do processo de reforma agrária e repassa as terras públicas da gleba por meio do título definitivo da terra para as famílias representadas pela Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande

(FEAGLE). O CCDRU visa promover a regularização fundiária de interesse social, o cultivo da terra, o aproveitamento sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais e de seus meios de subsistência. Mas a espera tem sido longa.

“Construímos o termo de cooperação técnica para o CCDRU do PAE Lago Grande e esperamos pela assinatura. Nos indigna esperar por algo pleiteado desde 2005”, destacou Ivete. “Esperamos pelo CCDRU, pela efetivação de crédito habitação e do Fomento Mulher. Nossas dores são muitas”, complementou a liderança que nasceu na comunidade Dourado, no distrito de Arapixuna.

Nos últimos anos, a FEAGLE e o Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Santarém pressionaram constantemente o INCRA em favor das famílias. A FASE também tem agido para que CCDRU seja concedido às famílias e, com ele, será possível a implementação das políticas de reforma agrária que as famílias do assentamento têm direito.

Resistir para existir

Os diálogos do Seminário Amazônia Agroecológica também perpassaram as mobilizações para a manutenção dos saberes, entre eles a candidatura junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil para que seja reconhecido o Sistema Agrícola Tradicional da Baixada Pantaneira como um Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM).

Desde 2020, a FASE e a Associação da Comunidade Rural Ribeirão da (ACORQUIRIM) vem coordenando a proposta em diálogo com a FAO Brasil.

Uma das práticas tradicionais do Sistema é o chamado Muxirum, trabalho em grupo que organiza as atividades agrícolas e alimentares nos quilombos. Durante os Muxiruns ocorre também transmissão de conhecimentos sobre práticas e técnicas ancestrais de manejo do Pantanal.

“É uma forma de demonstrar e valorizar aquilo que nós temos: os nossos modos de produzir, nossas as árvores, nossos costumes, nossas tradições, danças, festividades, comidas e toda a nossa ancestralidade dentro do nosso território. Precisamos manter nossos saberes através da prática, da vivência e ensinando principalmente as novas gerações, que são os nossos olhos do hoje, do amanhã e do depois”, disse Laura Silva.

Ângela Lopes ainda destacou o papel do Fundo Amazônia como indutor para o resgate dos sistemas alimentares.

“Os projetos do Fundo Amazônia nos despertam para o valor que nós temos enquanto sujeitos do campo, da floresta, das águas. Esse pertencimento precisa ser trabalhado para demonstrar que nós não temos medo de estarmos organizados em pequenas associações que são grandes em suas ideias e resistências”.

Já dentro da atuação da Catrapovos, iniciada em 2021, avanços foram construídos. Há municípios que ultrapassaram o percentual mínimo de 30% na compra da merenda escolar diretamente da agricultura familiar com recursos do PNAE. “Sabemos que para muitas das nossas crianças a alimentação escolar é a única refeição do dia. Se queremos que as todas as crianças tenham as mesmas condições de acesso à educação e direito à aprendizagem, e permaneçam no campo, é preciso garantir uma educação no campo de qualidade na sua totalidade”, sustentou a promotora Helena de Melo.

Realizada a partir de 2000, a manifestação de mulheres trabalhadoras rurais, das florestas e das águas de todo o Brasil, tem revelado grande capacidade de mobilização, organização e promoção da autonomia econômica através da ética, solidariedade,

reciprocidade, justiça e respeito à natureza, o que dialoga diretamente com os propósitos do projeto Amazônia Agroecológica.

“Na Marcha das Margaridas, fazemos o debate junto às ribeirinhas, pescadoras, indígenas e quilombolas sobre o poder de participação na política, na agroecologia e na promoção dos sistemas alimentares. São questões que precisam passar pelas mulheres, mas também o homem e a família, porque só assim vamos ter um projeto de vida envolvendo todos os sujeitos que estão no campo e discutir nosso papel na Amazônia”, defende Ângela.

A Marcha das Margaridas acontece a cada quatro anos em Brasília e integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Olhar para o futuro

Ao mesmo tempo que as mobilizações almejam um reconhecimento maior sobre a ancestralidade dos grupos e a efetividade de direitos no presente, as ações são encadeadas mirando o futuro. Nessa agenda, a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) também está presente. Durante o evento que será realizado pela primeira vez no Brasil em novembro de 2025, em Belém, também será realizada a Cúpula dos Povos da COP30, um espaço autônomo para promoção de uma agenda ambiental justa, popular e inclusiva.

Ivete Bastos assinalou que a COP30 se dará após uma das piores secas na Amazônia que quase fez desaparecer a maniva (folha moída da mandioca) da culinária paraense e de anos de intolerância, preconceito e criminalização perpetuados por governos anteriores. Esses aspectos, em sua avaliação, só reforçam a necessidade de se olhar e compreender a realidade amazônica.

“É agora ou é nunca. Não existe mais depois. Não temos mais tempos diante da crise ambiental e do desespero que se instalou. Tanto se fala em bioeconomia na Cop30, mas o governo precisa nos dar vez, voz e nos respeitar nas particularidades dos nossos territórios”.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) publicou uma recomendação à Secretaria Extraordinária da COP30 para que viabilize alimentação oriunda da agricultura familiar, dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, da produção agroecológica e da sociobiodiversidade aos participantes do evento.

A vigilância para que os sistemas alimentares, a cultura, e as vivências sejam respeitadas na integralidade se soma às discussões sobre o futuro da região, disse Ângela Lopes, do FETAGRI-PA.

“Vamos estar todos os dias na resistência, seja numa grande marcha, seja usando os protocolos de consulta. No dia que mais pessoas estiverem produzindo agroecologicamente não vamos ter preço barato sobre os produtos, vamos ter o preço justo para as nossas comunidades. A agroecologia perpassa tudo isso porque a agroecologia é vida”.

Desafios para a efetivação do direito à terra e ao território na Amazônia

Julianna Malerba (FASE)

As estratégias que a FASE desenvolve no projeto Amazônia Agroecológica são baseadas no pressuposto de que políticas e ações de conservação ambiental têm maior eficácia quando articuladas à garantia de soberania e segurança alimentar. Outro pressuposto, associado ao primeiro, diz respeito ao papel que as práticas agroecológicas, baseadas na experimentação, no agroextrativismo, na diversidade produtiva, no manejo associado entre diversas espécies, cumprem ao garantirem segurança alimentar e conservação da biodiversidade.

O desenvolvimento dessas práticas e dos sistemas agrícolas complexos que derivam delas - em que a produção familiar se constitui não apenas a partir da roça cultivada nos terrenos de posse familiar, mas dos quintais, da caça, da pesca, do extrativismo, do uso compartilhado de espaços comuns e também do acesso sazonal e comum a porções do território, a exemplo das várzeas - está intrinsecamente articulado a outras práticas, também diversas, de posse, usufruto e transmissão da terra.

Práticas essas que se conectam à própria luta do campesinato brasileiro pelo seu direito à terra, à luta que esses povos desenvolveram para terem acesso e permanecerem na terra. É preciso lembrar que o Brasil jamais realizou uma política universal e efetiva de reforma agrária. Por muito tempo, as possibilidades de acesso à terra para a maioria da população do campo se dava a partir da permanência como sítiante ou meeiro em grandes fazendas sob consentimento de seus proprietários, onde podiam cultivar suas roças desde que trabalhassem nas lavouras dos fazendeiros. Outra alternativa era o apossamento de terras devolutas em regiões mais distantes e menos povoadas que, no momento em que a fronteira econômica se expandia, obrigava esse campesinato a se mover em busca de novas terras ou a se integrar como trabalhadores rurais.

Essa situação de insegurança permanente, ao passo que se tornou um fator estruturante de nossas desigualdades sociais e instaurou uma situação de permanente violência no campo que perdura até hoje, produziu experiências muito particulares de uso da terra.

Podemos citar o confinamento das posses em pequenas áreas dentro de grandes latifúndios, o avanço permanente sobre novas fronteiras diante a expulsão pela grilagem e o próprio exercício da posse em regiões de floresta mais densa onde eram menos ameaçados pela expulsão. Tudo isso fez com que uma parcela significativa do campesinato garantisse sua reprodução social adotando estratégias de compartilhamento e uso sazonal dos recursos, desenvolvendo práticas de manejo e

conservação da biodiversidade, de trabalho coletivo e regras comunitárias de apropriação e uso da terra.

É por isso que hoje, no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande - PAE Lago Grande um território composto por áreas de várzea e terra firme, centenas de igarapés e matas repletas de frutos nativos e outros produtos florestais, encontramos práticas produtivas que articulam domínios de posse familiar (como as áreas de roçado familiar, as colônias) com usufruto comunal de áreas de coleta extrativista, de ilhas que se formam nas várzeas durante o verão, de instrumentos de trabalho, como as casas de farinha em geral partilhada por mais de uma família.

Ainda que cada família exerça posse sobre terrenos ocupados por suas casas e suas roças e reconheça e respeite a posse das demais, há uma concepção de posse coletiva sobre o conjunto do território. Essa concepção deriva de uma experiência histórica comum, marcada tanto pelo risco permanente de expulsão, já que até a criação do assentamento praticamente nenhuma família possuía título de suas terras, quanto pela ideia de que em não havendo propriedade individual e absoluta garantida por um título, as posses são exercidas e legitimadas pelo trabalho familiar e também comunitário, podendo ser transmitidas a outra família com a permissão de quem exercia a posse anteriormente ou com aval da comunidade.

Esse sistema de apossamento, que inclui e articula a posse familiar das casas, quintais, pastos e roçados com a posse coletiva do território, possibilita às famílias usarem de forma sazonal outros espaços e ecossistemas existentes no território, como as áreas de coleta de produtos extrativista (frutos, palhas, madeiras) e as áreas de várzea, ocupadas no verão por algumas famílias que, depois de cultivarem as roças em suas colônias na terra firme durante o inverno, para lá se retiram para desenvolver atividades de pecuária, pesca e plantio de culturas anuais de várzea.

Esse modo de exercer a posse que possibilita às famílias o uso articulado, complementar e sazonal dos distintos espaços e ecossistemas é regulado por relações de reciprocidade e construção de acordos internos às comunidades que visam, justamente, manter aberto e sob controle comunitário recursos considerados essenciais à reprodução econômica e social das famílias.

E não apenas no PAE Lago Grande, mas Brasil afora vemos experiências em que essas dinâmicas têm garantido, por exemplo, espaços de pastagem a famílias cujos terrenos em suas posses familiares são insuficientes para garantir o pastoreio durante o ano todo, como acontece com as comunidades de fecho e fundo de pasto no Oeste baiano. As práticas de uso comum e compartilhado em terras tradicionalmente ocupadas, ao assegurarem espaços de pastagem, plantio, pesca e extrativismo a grupos cuja extensão das posses familiares são insuficientes, ampliam as possibilidades de acesso à terra e aos produtos extrativistas e da biodiversidade, contribuindo à segurança alimentar e nutricional e à autonomia econômica de milhares de famílias. Ao mesmo tempo, dessas práticas deriva

a construção de conhecimentos e de formas de manejo da biodiversidade, adaptadas às condições ambientais, que tem se mostrado determinante para proteção da biodiversidade e para segurança e soberania alimentar.

Portanto, ao pressuposto de que a conservação da biodiversidade está intrinsecamente articulada à garantia de segurança e soberania alimentar, devemos agregar mais um elemento que se refere à garantia do direito à terra e às territorialidades que são exercidas nela e que inclui a diversidade de usufruto e posse existente nesses territórios.

De fato, algumas pesquisas demonstram a efetividade das terras tradicionalmente ocupadas para contenção do desmatamento e proteção da biodiversidade. A partir de uma análise de tendência das trajetórias diferenciais na cobertura vegetal em todos os biomas brasileiros entre 1985 e 2018, constatou-se que os territórios tradicionais desmataram consistentemente menos em seu interior quando comparado com o entorno. No PAE Lago Grande, é muito significativo que as áreas de floresta sigam ocupando 85% do assentamento segundo análise sobre uso e cobertura do solo realizada em 2019¹.

Esses dados, confrontados com as dinâmicas de desmatamento na Amazônia, revelam que a criação de sistemas sociais e jurídicos e de normatividades que se articulam a valores vinculados à reprodução familiar e comunitária, tem eficácia social e ambiental e, portanto, devem ser reconhecidos e protegidos por meio de políticas fundiárias e de ordenamento territorial.

Como garantir esse reconhecimento e proteção?

Para responder a essa pergunta é preciso analisar a estrutura fundiária do Brasil: de um lado, temos uma concentração enorme da propriedade da terra - menos de 1% das propriedades concentra 47% das terras agrícolas, enquanto 50% das propriedades possuem menos de 10 hectares e ocupam 2% das terras agrícolas do país. (Dados do Censo agropecuário de 2017); de outro lado, praticamente metade do território nacional (52,7%) é composto por terras públicas ou com restrições a propriedade privada.

Segundo pesquisa² realizada em 2019 por cientistas do Imaflora, UFPA, Esalq, UFMG e IPAM, cruzando informações fundiárias de várias bases de dados 36,1% dessas terras públicas ou

¹ Confere: PELICANO, Ana Rita Homem Pelicano. **Análise da Paisagem com Foco no Uso e Cobertura da Terra no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande (PA)**. Mimeo, 2019 e OVIEDO, Antonio e DOBLAS, Juan. *Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da MAGALHÃES, Sônia Barbosa e ADAMS, Cristina (org). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021.

² Um estudo realizado, em 2019, revelou que quase 53% do território nacional é constituído por terras públicas e/ou inalienáveis. *Fonte*: Who owns Brazilian lands? (A quem pertencem as terras brasileiras?),

com restrições à propriedade privada são compostas por terras públicas registradas sobre propriedade do Estado (União, estados e municípios) sendo que: 29,7% delas já estão destinadas a unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos de reforma agrária, quilombos e outras terras comunitárias, além de áreas militares e ocupadas por órgãos públicos) e 6,4% ainda não estão destinadas. Já 16,6% não são registradas ou têm posse desconhecida, são as chamadas terras devolutas. O fato de serem devolutas não significa que essas terras estejam vazias. A maior parte delas tem sido historicamente ocupada por agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais, excluídos do acesso estável à terra, sendo pressionadas permanentemente pela grilagem de terras públicas, geralmente acompanhada de desmatamento, fraude de documentos e violência contra as comunidades que tradicionalmente as ocupam. Isso também vale para os 6,4% das terras públicas registradas, porém não destinadas.

Essa realidade – concentração da propriedade e existência de um montante significativo de terras públicas – se explica, em parte, pela ausência histórica de uma ação efetiva de discriminação das terras públicas e de reforma agrária (o que faz com que ainda exista um montante significativo de terras devolutas no país), e em parte, porque a luta social, com forte protagonismo dos povos do campo e da floresta conseguiu que na Constituição de 1988 fosse criado um regime fundiário que determina que as terras públicas e devolutas, assim como os demais bens públicos, devem atender ao interesse público, o que segundo o texto constitucional significa priorizar sua destinação para: a política de reforma agrária (art. 188), a criação de espaços ambientalmente protegidos (art. 225) e o reconhecimento de direitos territoriais a povos indígenas e quilombolas (art. 231 e art.68 do ADCT da CF).

Essas destinações constitucionais garantiram que uma parte das terras públicas tenha sido destinada para proteger as territorialidades que mencionamos a partir do reconhecimento de terras indígenas, territórios quilombolas e, embora a Constituição não inclua explicitamente os demais povos e comunidades tradicionais, algumas políticas ambientais e de reforma agrária – como as áreas protegidas de uso sustentável: RESEX/reservas extrativistas, as FLONAS/florestas nacionais, as RDS/reservas de desenvolvimento sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados como os PAE/ projeto de assentamentos agroextrativistas, os PDS/ Projetos de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável e os PAF/ Projetos de assentamento Florestal – são destinadas a povos e comunidades tradicionais. Infelizmente, elas são insuficientes e é muito importante que os Povos e Comunidades tradicionais não indígenas e não quilombolas sigam lutando por leis e políticas que reconheçam e garantam seus direitos territoriais.

Outro fator que explica a existência de um montante significativo de terras públicas e/ou com restrições à propriedade privada diz respeito ao fato de que essas destinações constitucionais (criação de assentamentos, criação de áreas protegidas, de proteção integral ou de uso sustentável; reconhecimento de terras indígenas e quilombolas) mantêm essas terras de forma permanente ou temporária fora do mercado de terras.

Embora a Constituição tenha aprovado um regime fundiário que desmercantiliza uma parte das terras do país visando a proteção ambiental, a reforma agrária e a garantia de direitos territoriais, a política econômica e de desenvolvimento implementada nas últimas três décadas, desde que a Constituição Federal foi promulgada, esteve sempre centrada em criar condições para a expansão e fortalecimento de setores econômicos, como o agronegócio e a mineração, que têm na terra um importante ativo econômico e financeiro.

É por isso que, pelo menos, há uma década assistimos a inúmeras iniciativas, nas três esferas de governo (executivo, legislativo e judiciário) a nível federal e estadual, que visam transferir as terras públicas e devolutas ao mercado de terras. Alguns exemplos referem-se às terras indígenas em processo de reconhecimento que podem ser invalidadas pelo Marco Temporal; às áreas protegidas e os assentamentos ambientalmente diferenciados, que vem tendo seus limites alterados e reduzidos para garantir a instalação de portos e outros empreendimentos econômicos, como aconteceu com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso; aos assentamentos de reforma agrária, que hoje estão sendo alvo de uma política de titulação sem que as demais políticas de desenvolvimento dos assentamentos tenham sido implementadas, deixando-os vulneráveis ao mercado de terras; aos vários processos visando a legalização de terras griladas sobre terras devolutas e não destinadas, por meio de mudanças normativas, no plano federal e estadual que visam legalizar a grilagem em terras devolutas federais e estaduais através da diminuição dos marcos temporais de ocupação, ampliação do tamanho das áreas passíveis de regularização fundiária, isenção de vistorias em campo através da verificação automatizada de documentos, validação de documentos precários, etc.).

Essas investidas não começaram a partir do golpe de 2016 ou depois da eleição do Bolsonaro. A partir de 2010, as entidades representativas do agronegócio passaram a explicitamente a atacar os instrumentos e políticas de democratização do acesso à terra e a demandar políticas de regularização fundiária e ambiental que validassem ocupações ilegais de terras públicas e áreas desmatadas ilegalmente. A partir de 2016 se intensificaram e levaram a alguns retrocessos que ainda estamos com muita dificuldade de reverter.

Perspectiva progressista em meio a pressão do mercado de terras e de bens naturais

No entanto, o contexto, a partir de 2023, mudou não apenas pela eleição de um governo mais progressista, mas por um contexto mais amplo que vem determinando inclusive as próprias ações que o governo tem desenvolvido em relação à pauta agrária e fundiária.

Um contexto em que a agenda climática e as negociações internacionais envolvendo essa agenda vem tendo um peso determinante sobre as políticas relacionadas à propriedade, posse e uso da terra.

É verdade que no Brasil, metade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (49%) são decorrentes de mudanças no uso da terra. Ou seja, do desmatamento. E que, portanto, reduzir as emissões passa por reduzir o desmatamento. Mas também é verdade que o avanço do desmatamento coincide com as áreas de abertura de pastos para pecuária e campos para monocultivos de soja. No entanto, as estratégias governamentais para combater as mudanças climáticas estão menos voltadas à imposição de limites à expansão do agronegócio. É importante lembrar que as emissões do agronegócio ficaram de fora das obrigações previstas do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), quando foi aprovado o PL 412/2022, que regulamenta o mercado de carbono no Brasil.

Por outro lado, há um forte estímulo no desenvolvimento de mercados de novos negócios verdes, que vão desde a construção de parques eólicos e a extração de minérios “estratégicos” para a transição energética até a regulamentação do mercado voluntário e jurisdicional de carbono. Mercados que, cada vez mais, necessitam de terras regularizadas e livres de conflito para se tornarem juridicamente seguros e economicamente viáveis.

Por isso, políticas de regularização fundiária – voltadas especialmente para a regularização de imóveis individuais e particulares, apesar dos preceitos constitucionais indicarem que outras prioridades devem orientar a destinação de terras públicas (criação de áreas protegidas, terras indígenas, territórios quilombolas, territórios de outros povos e comunidades tradicionais, reforma agrária) – tem ganhado cada vez mais centralidade nos discursos públicos e nas iniciativas de ordenamento fundiário e territorial.

Embora se argumente que a regularização favorece a fiscalização e controle e do desmatamento, propriedades individuais e particulares, diferente das terras públicas e comunitárias que são inalienáveis, são mais atrativas ao mercado imobiliário de terras, podendo ser dadas em garantia de dívida no mercado de capitais. Sua regularização pavimenta, portanto, a entrada de milhões de hectares no mercado de terras, inclusive de terras griladas.

É certo que há avanços, como a reformulação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas (CTD) que a partir da edição do Decreto nº 11.688, deixou claro a política que o colegiado deve seguir, voltada para a priorização de criação de áreas protegidas, terras indígenas e quilombolas, territórios de outros povos e comunidades tradicionais, reforma agrária, concessões florestais e políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento, reafirmando, portanto, os preceitos constitucionais que disciplinam a destinação de terras públicas. No entanto, sua reformulação foi anunciada como forma de viabilizar o programa de concessão de terras públicas para restauração florestal por meio de programas de compra de créditos de carbono.

O governo estima que cerca de 80% do potencial de geração de créditos de carbono de reflorestamento de florestas federais degradadas estão em terras não destinadas. Há um temor,

por parte dos movimentos sociais, de que se imponha uma instrumentalização da regularização fundiária dos territórios a seu potencial de prestação de serviços ambientais. Além disso, o fato da Câmara Técnica de destinação se limitar a tratar das terras públicas federais concentradas majoritariamente na Amazônia representa um limite, que se agrava considerando a ausência de participação social na câmara técnica.

Somado a isso, há muitas dúvidas sobre como garantir que o mercado de carbono não violará direitos das comunidades: Como serão avaliados os impactos? Como será assegurada a Consulta Prévia, Livre e Informada? Como será feita a repartição de benefícios, uma vez que grande parte das terras tradicionalmente ocupadas e dos territórios mais conservados tem dominialidade pública? Como serão definidos os mecanismos de escolha dos projetos e será assegurada ampla participação dos povos e comunidades?³

Esses são alguns dos desafios que temos hoje no debate da regularização fundiária, tanto em relação à proteção de sistemas de posse coletivos quanto à garantia de que os territórios tenham autonomia produtiva e possam garantir segurança alimentar e conservação da sua biodiversidade.

³ Confere Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará. **Nota técnica n. 02/2023.** 2023

Eixo Segurança Alimentar

Direito à alimentação adequada e saudável: o papel das comunidades amazônicas na promoção da diversidade alimentar e na construção do caminho da soberania alimentar

Em cada modo de vida nos territórios, há vários alimentos que transportam cultura e contribuem para organizar os sistemas alimentares. Por isso, é uma questão política, de consciência social e ambiental, valorizar a diversidade alimentar para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

Maria Emília Lisboa Pacheco

Em 2024, quando o Guia Alimentar para a População Brasileira completa dez anos, o livro “Culturas alimentares: um estudo sobre comunidades amazônicas”, realizado pela FASE⁴ junto a comunidades quilombolas e agroextrativistas dos estados do Pará e do Mato Grosso, apresenta seus resultados. O principal deles é que a agricultura familiar, agroextrativista e agroecológica, nestes locais da Amazônia Legal, reafirma o princípio da diversidade alimentar e nos mostra a construção do caminho da soberania alimentar, em linha com o que é almejado pelo guia, que recomenda a necessidade de a base da alimentação ser composta de alimentos in natura ou minimamente processados. Imbuída desse propósito e inspirada pela campanha Comida é Patrimônio do FBSSAN, a FASE realizou esse estudo, que integra o projeto Amazônia Agroecológica.

BOX: Comida é Patrimônio

A campanha teve início em 2014 como um desdobramento do lema do 7º Encontro Nacional do FBSSAN – Que alimentos (não) estamos comendo? Foi definida a partir de 4 eixos – comida é um bem material e imaterial; comida é identidade, memória e afeto; comida é diálogo de saberes; comida como modos de vida. E desenvolveu-se com os objetivos de: iluminar estratégias de comunicação para a construção compartilhada de saberes em torno da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; ampliar diálogos sobre desigualdades étnico-raciais, regionais, de gênero e geracionais bem como sobre as injustiças relacionadas às questões fundiárias e de direito à alimentação e chamar atenção para os significados das culturas alimentares.

Destaco aqui, brevemente, alguns dos resultados alcançados pela pesquisa a partir do financiamento do Fundo Amazônia gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Conservação da biodiversidade e o papel das mulheres como guardiãs de saberes

Ao nos dedicarmos a identificar os alimentos coletados, produzidos e consumidos pelas famílias na região Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, no Pará; na região sudoeste do Mato Grosso, e em áreas de transição do bioma Pantanal, nas bacias dos rios Cuiabá e Bento Gomes – importantes

⁴ O livro Culturas Alimentares: um estudo sobre comunidades amazônicas, de autoria de Maria Emilia Pacheco Lisboa e Rosângela Pezza Cintrão, foi escrito e lançado em 2024 pela FASE no âmbito do projeto Amazônia Agroecológica.

afluentes do rio Paraguai –, na Baixada Cuiabana, mapeamos o significado cultural, identitário e de pertencimento ao território e o papel das mulheres.

Fica claro que, em cada um dos modos de vida nos territórios, há exemplos de alimentos-que se destacam na organização do sistema alimentar. Na Baixada Cuiabana, a banana está presente no preparo de pratos salgados e doces, como a saborosa bala de banana enrolada na palha da bananeira, ou o mamão transformado no doce “furrundum”. No sudoeste do Mato Grosso, as comunidades coletam o pequi, o babaçu, a amêndoa do baru para preparações culinárias. Em Abaetetuba e Igarapé-Miri, no Baixo Tocantins, no Pará, o mingau do açaí está presente nas várias refeições. No Baixo Amazonas, em Santarém, as variedades da mandioca permitem o beneficiamento e preparação, por exemplo, de muitos tipos de “beijus”.

A Caderneta Agroecológica, um instrumento de mobilização das mulheres aplicado no processo educativo desenvolvido pela FASE, no Baixo Tocantins, mostra que cerca de 127 espécies vegetais, como hortaliças, frutos, grãos, tubérculos, raiz, entre outras, são resguardadas pela ação de conservação das sementes e mudas e as práticas culinárias, sobretudo, de mulheres agroextrativistas. Elas são as guardiãs de saberes e sabores em seis comunidades, ressignificam seus quintais por meio do movimento agroecológico que aplica princípios da economia feminista em defesa dos seus direitos, sua auto-organização com a perspectiva da construção de sua autonomia política e econômica.

No Mato Grosso, outra forma de resistência é o Banco de Informações sobre Sementes (BIS), criado no final dos anos 1990 pelo Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), com gestão e manutenção pela FASE. Nesse instrumento, que se rege pelo princípio dos comuns ao defender a autonomia e o controle dos agricultores sobre as sementes e evitar o processo de perda das espécies e variedades, estão lançadas em sua base de dados 1.241 buscas de sementes e mudas e 512 espécies cadastradas. Aqui também é central a contribuição das mulheres e sua significativa participação nos encontros de trocas e festas das sementes.

Também identificamos as festas e, as feiras agroecológicas. As festividades no Baixo Tocantins, no Baixo Amazonas, e na Baixada Cuiabana homenageiam o açaí, a mandioca e a banana, respectivamente. São alimentos que representam parte profunda das culturas alimentares. Essas expressões não podem ser perdidas de vista porque replicam histórias, tradições e se constituem em espaços de obtenção de renda para a agricultura familiar e agroextrativista,

São exemplos de resistências pelo direito à alimentação adequada e saudável.

A defesa dos direitos coletivos nos territórios

É significativo lembrar que o Direito Humano à Alimentação foi inscrito na Constituição Brasileira somente em 2010. E é muito recente também o reconhecimento das comunidades tradicionais. O Decreto nº 6.040/2007 foi um marco na oficialização do conceito de território, que se tornou uma categoria analítica e de luta política, com a reafirmação das terras tradicionalmente ocupadas presente na Constituição de 1988. E posteriormente, em 2016, com o Decreto nº 7.850 foram reconhecidas cerca de 27 comunidades tradicionais (ribeirinhas, pescadoras, comunidades tradicionais de matriz africana, pantaneiras, etc), que junto com povos indígenas e comunidades quilombolas passaram a compor Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A identificação dessas comunidades tradicionais que existem na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, por exemplo, é inovadora por iluminar as regras sociais estabelecidas dentro dos ecossistemas, especialmente no que tange as áreas de uso comum, como a floresta, os igarapés

e os rios. Ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de um olhar integrado sobre os territórios, a biodiversidade, a alimentação e a defesa dos direitos coletivos. Essa postura tem sido essencial na trajetória do trabalho educativo com abordagem socio ambiental da FASE.

Os protocolos de consulta prévia livre e informada para defesa dos territórios, elaborados pelas organizações agroextrativistas como a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), no Baixo Amazonas, e da Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC), no Baixo Tocantins, com apoio da FASE, têm sido instrumentos de resistência muito significativos.

Tais protocolos baseados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são associados aos planos de uso, que definem o que é permitido no manejo dos territórios, visando a preservação de rios, igarapés e outros cursos da água, da floresta e matas. Aqui se incluem também os chamados acordos de pesca comunitários.

Dificuldades que persistem e perspectivas para se alcançar as mudanças necessárias

Em relação à redução da biodiversidade, a seca, bastante persistente, e o impacto de grandes projetos de monocultivo, pecuária e minerários, tem gerado uma perda muito grande de variedades de espécies e de mudas de árvores nativas como também do pescado.

O escritor Leandro Tocantins dizia que , “na Amazônia, o rio comanda a vida”. Mas lamentavelmente, vemos esses impactos alterando as interações complexas entre os ecossistemas e seus povos.

Nas variações de paisagem da natureza as comunidades vivem da água, da pesca, da caça, da coleta, do cultivo em roçados e quintais (em suas várias denominações). Porém, no Mato Grosso, na comunidade de Morrinhos, por exemplo, onde é forte a tradição da pesca, as famílias identificam a redução das espécies em razão das mudanças climáticas e do impacto das monoculturas e da pecuária. No Baixo Tocantins, em alguns igarapés, os peixes estão sendo afugentados pelo barulho dos motores e de alteração dos circuitos de águas com grandes projetos de hidrovias. As espécies de camarão que existiam ali já não são mais encontradas em razão da contaminação por agrotóxicos. O desmatamento, e os incêndios criminosos, forçam os animais a se deslocarem para as áreas de roçados e sistemas agroflorestais em busca do que comer

O estudo realizado pela FASE demonstra que há uma desestruturação dos ecossistemas que afeta a cosmologia, já que as populações se veem integradas com a natureza que está sendo devastada. Portanto, precisamos refletir sobre as causas da fome, a manifestação de novas fomes e entender essas interrelações. E, principalmente, insistir que a luta pela alimentação de qualidade e diversificada é parte da luta política.

Ao longo das décadas, acompanhamos a alimentação se transformar em uma prática muito homogênea e reduzida a poucas espécies no mundo. E não é possível falar das mudanças ou perdas de práticas na produção de alimentos (receitas, sementes ou práticas tradicionais de cultivos) e seu impacto para a memória alimentar e para a segurança alimentar e nutricional sem citar a pressão da indústria alimentícia que influencia a mudança dos hábitos alimentares que já acontece na Amazônia com o aumento no consumo dos chamados produtos alimentícios ultraprocessados. Mas também vimos a restrição ao consumo de alguns alimentos feita por profissionais da saúde.

A mandioca, uma das raízes presentes há pelo menos seis mil anos na agricultura praticada por povos indígenas da Amazônia em sistemas agroflorestais altamente diversificados, e que no século XVIII foi chamada de “pão da Amazônia” por viajantes, mantém-se presente nas comunidades do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas. Ela é transformada em diferentes farinhas, dando origem a uma gama de beijus (preparação culinária de origem indígena). Essa é uma evidência da inovação decorrente da manutenção de uma tradição.

Por outro lado, constata-se a crescente restrição à mandioca e seus produtos derivados imposta por profissionais médicos e nutricionistas. É preciso indagar o que de fato está acontecendo para que o consumo de farinha de mandioca seja desaconselhado mesmo quando há publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) recomendando a valorização e o estímulo ao consumo devido a seu teor de fibra alimentar e amido resistente, que influenciam positivamente o funcionamento do trato digestivo, a flora microbiana, o nível de colesterol no sangue, o índice glicêmico e o controle da diabetes.

A inquietação dos profissionais da saúde está na farinha produzida artesanalmente ou nos corantes artificiais cada vez mais empregados pela indústria para promover um mercado consumidor baseado em determinadas colorações da farinha de mandioca? Esse é um ponto que ainda demanda mais investigação.

O que já está bastante claro são as dificuldades e as barreiras levantadas frente aos modos de produção artesanal.

A realização do estudo participativo no Mato Grosso, nos anos de 2019 e 2021, e no Pará, em agosto de 2022, mostra que mesmo com iniciativas de mudança em leis e normas sanitárias por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as associações e grupos de produtores e produtoras continuam enfrentando dificuldades.

A visão de risco que incide sobre os alimentos oriundos da agricultura familiar e das propostas da economia solidária não é algo novo e data do governo Getúlio Vargas. Entretanto, essa criminalização dos modos de produção artesanal não se aplica aos chamados produtos alimentícios ultraprocessados, dotados de substâncias desconhecidas pela maior parte das pessoas, e maciçamente presentes nas prateleiras de supermercados.

Ao analisarmos as condições de acesso das comunidades às políticas públicas para a agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, percebemos que os embates que precisam ser enfrentados são de diferentes ordens.

Na região do Baixo Tocantins, que alcançou projeção internacional com a produção de açaí, há uma tendência na orientação técnica entre alguns profissionais de órgãos de pesquisa e de assistência é que outras árvores avaliadas como de menor potencial de geração de valor econômico deem lugar ao açaí. Entendemos que aí reside um grande risco tanto para manter a diversidade alimentar como ambiental. A FASE, em sua ação de orientação técnica, defende a manutenção da tradição da Amazônia que prevê a presença de diferentes espécies nas roças, roçados, quintais, sítios e demais arranjos territoriais. Essa tradição, dos sistemas agroflorestais deve ser preservada e já influencia outros biomas.

Esse contexto reforça que é preciso continuar o trabalho para que a sociedade brasileira conheça e entenda que a conservação ambiental está intimamente associada à alimentação humana e dos animais.

Nesse sentido, entre as perspectivas que devem nos mover está o fortalecimento da relação do movimento agroecológico com o movimento pela soberania segurança alimentar e nutricional que, certamente, contribui para manter a floresta e as matas nativas em pé.

Em se tratando de conservação ambiental na Amazônia e nas áreas de transição para o Cerrado, isso passa por considerar a complexidade de ecossistemas e de povos que vivem nos territórios. Logo, é preciso continuar os investimentos em relação à regularização fundiária e a defesa dos direitos coletivos.

Reconhecemos que a Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil, instituída pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF), é uma das grandes conquistas nesses últimos tempos. A proposta de adaptar as exigências de acesso às políticas públicas para favorecer o acesso dos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, para venderem sua produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um excelente exemplo.

A FASE vem participando das mesas de diálogos no Pará e no Mato Grosso. No âmbito nacional, a FASE representa a Catrapovos no Grupo Consultivo do PNAE. No momento em que o projeto Amazônia Agroecológica se aproxima de sua conclusão, a FASE se debruça sobre os conteúdos do Decreto nº11.802/2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Decreto nº 11.936/2024, que dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Representam importante potencial no campo das políticas públicas que tenham no centro os sujeitos de direitos.

Por fim, a mensagem que deixo para além do Seminário Nacional Amazônia Agroecológica é que é preciso que nos perguntemos sempre: quais sistemas alimentares nós queremos? Só assim vamos saber a quem também devemos defender.

Modos de vida e políticas para a agricultura camponesa: olhares e reflexões

Raimundo Nonato Filho (MST/PA)

Sou assentado da Reforma Agrária, vivo dentro da região metropolitana de Belém, no assentamento Abril Vermelho, município de Santa Bárbara do Pará. Hoje, componho o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que concentra o debate focado na organização da produção de alimentos. Atualmente, temos nos voltado com mais ênfase para a ideia de pensar os mercados, tanto o institucionalizado como os mercados ditos alternativos, em uma lógica mais complexa: como é que a produção dos agricultores e das agricultoras chega até as mãos daqueles que têm fome.

O Pará tem se desafiado a fazer esse trabalho com muita atenção, pois somos um estado grande e complexo, também carregando desafios e dilemas permanentes. Aqui, o público da reforma agrária tem acesso apenas a opções de terras extremamente degradadas, dentro do que foi implementado como política agrária no Brasil: as áreas de pastagens e de monocultivos. Então, a nossa perspectiva sobre os desafios da produção e das questões ambientais dentro dos territórios de assentamento vem de uma outra dinâmica, da visão do público que é oriundo da luta pela terra e pela reforma agrária.

O segundo desafio é o baixo grau de implementação das políticas públicas projetadas pelo Estado brasileiro. Hoje o que rege os assentamentos é o Plano Nacional de Reforma Agrária. Todos os planos anteriores não deram certo e, por pressão das organizações políticas, o Estado vem fazendo reformulações, construindo novos planos nacionais da reforma agrária, mas ainda não chegou a implementá-los. Se olhamos hoje para os assentamentos de reforma agrária que são subordinados à Superintendência SRO1, o déficit habitacional, que é um índice fundamental para pensar esse público, é de mais de 80%. Ou seja, a casa, uma política pública primordial, não é implementada.

Também é muito baixa a implementação dos créditos iniciais, e ainda são créditos induzidos. Principalmente pelas formações técnicas, geralmente públicas ou privadas, os assentamentos são induzidos a também fazer a implementação do monocultivo, seja ele a continuidade do gado ou plantios excessivos de açaí. De maneira geral, o incentivo do crédito é para a integração à grande produção, tentando transformar as famílias, os agricultores e os camponeses em produção integrada, seja à produção da dendeicultura, da bovinocultura, seja também aos mercados dos açaís, que têm crescido grandiosamente na região do Baixo Tocantins e Nordeste paraense, onde há uma densidade de água muito grande.

Temos trilhado bons caminhos, mas os desafios para os sem-terra são muitos. Onde eu moro, foram quatro anos de luta pela terra. Quatro anos acampados. O nosso assentamento foi criado em 2009. Nós estamos lá há 15 anos e ainda não foi implementado o crédito de instalação, com fomentos para habitação e para o apoio inicial. O Plano Nacional de Reforma Agrária diz que isso deveria ter sido feito em três anos. Então é importante levar em consideração que aquilo que é reivindicado pelos agricultores é diferente do que o Estado tem tido capacidade de implementar.

A luta pela reforma agrária é, como se vê, uma luta intensa. Na Amazônia, ela não foi feita para dar certo, pois o plano de desenvolvimento voltado para a região, ainda nos dias de hoje, tem sido hegemonicamente o das grandes estruturas fundiárias e dos grandes projetos de

desenvolvimento. A agroecologia está em disputa, e é uma teimosia dos camponeses. Se quisermos sobreviver, precisamos fazer parte dessa teimosia e transformar a agroecologia em ferramenta de luta, em proposição, a partir do nosso modo de vida, da nossa perspectiva; torná-la na nossa matriz tecnológica de desenvolvimento. A agroecologia precisa fazer parte das nossas pautas de forma mais incisiva, para que se transforme numa política pública fundamental dos trabalhadores.

Quando a gente diz que a agroecologia está em disputa é porque existe um outro público no campo, que também quer se apropriar dessa matriz limpa, mas que não tem os valores, os princípios defendidos pelo MST. Isto é importante ressaltar, pois há quem queira falar de agroecologia só como uma produção limpa de veneno, de insumos químicos, mas que não quer discutir a exploração do trabalho, a exploração do trabalho infantil e outras questões, inclusive a grande estrutura fundiária. Sim, queremos comer cacau orgânico, mas não com produção de trabalho escravo. Precisamos saber discernir, para que as políticas públicas voltadas à produção agroecológica não tenham esse viés.

E o terceiro desafio é o da nossa comercialização. O MST tem se empenhado no debate em torno da produção integrada, mas, na Amazônia, tem sido mais desafiador. Temos diversos modelos de industrialização mais focados no Sul e no Sudeste, onde o desenvolvimento industrial foi mais concentrado. Há muitas agroindústrias, até mesmo de médio porte, que funcionam de forma cooperada, grandes cooperativas do MST no Sul e Sudeste. Quando falamos do Nordeste e da Amazônia, as realidades são outras. Então temos dedicado mais tempo para essa construção. Como somos um movimento nacional que pensa uma integração, temos pessoas daqui em formação técnica, estudando administração de cooperativas no Rio Grande do Sul, por exemplo, em um esforço nacional.

Esse esforço traz consigo duas questões importantes, que colaboraram para um salto de qualidade no nosso território. A primeira é que a nossa base social tem como característica o amplo processo de cooperação. Não é um trabalho fácil: são sujeitos que não se conhecem, que serão integrados em uma fase de acampamento, e depois terão o desafio de produzir juntos, ou produzir individualmente, mas em unidades produtivas. Também farão juntos os processos de agregação de valor, em pequenas, médias e grandes agroindústrias, para depois fazer a comercialização. Então essa tem sido uma iniciativa que o MST tem feito em uma escala interessante, criando espaços de formação.

A formação, agregada a essa intencionalidade, estimula a realização de feiras regionais e estaduais. Claro que a feira que é feita em São Brás tem o objetivo de vender o produto; o agricultor gosta disso. Mas a nossa intencionalidade é ir transformando esse objetivo aos poucos, como um instrumento pedagógico de cooperação, para que mais tarde consigamos juntos criar outros ambientes mais organizados para o processo de comercialização.

O MST também tem feito um esforço nacional com a experiência dos Armazéns do Campo. Ainda estamos em fase de experimentação, funcionando em uma escala limitada por enquanto, mas há uma projeção nacional de operarmos com mil Armazéns do Campo em todo o país, em cada município onde houver a possibilidade de construirmos um armazém. Claro que isso vai demandar uma quantidade de tempo e de pessoas que deem conta de realizar essa proposta. Se não estiver dentro de um planejamento, de uma organização, com um exército de pessoas que assumam isso como tarefa de vida, não acontece. Também é necessário muito treino, muita vontade e muito fazer. O fazer vai nos capacitando para dar conta da tarefa. Se não treinar, não entra em campo, não joga; se fizer as coisas sem treino, vai perder de 7 a 1 tranquilamente. Então a gente não quer perder de goleada para ninguém.

Temos bastante clareza dos desafios. Todas essas perspectivas fazem parte de um enfrentamento gigante. As grandes redes de mercado estão aí, disputando marcas, e nós temos um problema grande, pois o Estado do Pará tem uma dificuldade de legalização para a agricultura camponesa.

Eu uso o termo “agricultura camponesa”, porque “agricultura familiar” é um termo norte-americano transportado para cá, na intenção de nos submeter ao que a gente pode chamar de uma agricultura subordinada ao crédito. Esse foi o apelido dado para a agricultura familiar. Nós não podemos incorporar isso e simplesmente aceitar. A agricultura camponesa – ou as agriculturas camponesas, no plural, pois nós temos muito mais diversidade – tem que superar o limite do crédito e o limite da *plantation* determinada nos Estados Unidos, que reduziu o campesinato a menos de 2%. Se queremos ser grandes, temos que pensar campesinatos diversos, gigantes, em contraposição aos modelos das *plantations* que ainda existem, das plantagens modernas que ainda estão por aí.

A política pública não vai cair dos céus se nós não conseguirmos pressionar para que o Estado seja o seu principal financiador. O principal formulador das políticas públicas tem que ser os camponeses, a gente é que sabe o que quer. E o principal financiador ainda é o Estado, até porque quem financia o agronegócio também é o Estado. O agronegócio sem o Estado é uma falácia sem tamanho. Em qualquer lugar do planeta, o agronegócio não deu certo sem os vastos recursos bilionários do Estado. Quando fazemos a somatória e vemos que o Estado repassa 400 bilhões por ano para o agronegócio, isso é só a ponta do iceberg. 400 bilhões é o orçamento público federal, aquele recurso direto, mas os municípios gastam, os estados gastam, além de contar com outras formas de financiamento. Então nós temos que disputar o orçamento público, transformando isso em investimento nos modelos de desenvolvimento das agriculturas camponesas.

No MST, temos pautado isso com muita força, temos feito a nossa parte, pressionando o governo Lula, afinal nós o elegemos para isso. Estamos na luta, somando na construção de cada fragmento de resistência no Pará e na Amazônia.

Respeito às culturas alimentares: produção e comercialização na Amazônia

Fábio Pacheco (Articulação de Agroecologia da Amazônia – ANA Amazônia)

Aprimorar o diálogo entre o campo e a cidade, viabilizando que o alimento chegue às mesas de todos e fortalecendo cada agente do processo, é o objetivo das Rotas Agroecológicas de Comercialização, que conectam as comunidades produtoras e os mercados. O trabalho realizado pela ANA vem desde a década de 1990, mas a percepção sobre a importância da comercialização é recente – e, apesar de ter demorado, se acelerou muito rapidamente na disputa pela construção de políticas públicas. Hoje, temos políticas públicas premiadas no mundo todo, que contaram com uma forte participação da sociedade civil. Não tem nenhuma cabeça iluminada que pensou isso sozinho, tem muita incidência política coletiva.

A ANA Amazônia tem incentivado todos os estados para que apresentem propostas aos editais do Fundo Amazônia, como o Amazônia na Escola, que sejam permeadas pela experiência da Rota de Comercialização, justo por suas potencialidades. Atualmente, a disputa está acirrada, dado que, além dos produtores da agroecologia local, há empresas e organizações internacionais elaborando propostas, pois os valores podem chegar a até 48 milhões em alguns estados. A inclusão de propostas que prevejam a construção dos mercados desde uma perspectiva de base pode ser o diferencial dos projetos vinculados à ANA. A Rota não leva só os produtos, ela leva o conhecimento, leva o princípio da agroecologia e cria uma adesão com a cidade, porque as pessoas acabam conhecendo sua complexidade.

Para a ANA, em toda a história da terra do Brasil, nunca se pensou a terra no contexto da Amazônia, com políticas elaboradas a partir de suas especificidades. Quando falamos de terra na Amazônia, precisamos superar ideias que são oriundas de um pensamento sobre a terra tradicional, como por exemplo trabalhar cadeias produtivas. Cadeia produtiva não nos cabe, ela não se encaixa na lógica de produção nem de comercialização na Amazônia, simplesmente porque nós temos diversidade – e diversidade não fecha com cadeia.

É fundamental entender a diversificação em vários níveis, não apenas nos produtos, mas também nas formas de produzir, nos atores e atrizes que participam do processo, em seus vários ambientes, e também para além da produção exclusiva de alimentos. Na Amazônia, há a produção de combustíveis alternativos, de materiais para higiene, e tudo pode ser realizado dentro do sistema agroecológico.

Nós precisamos pensar a Amazônia para além da questão ambiental, no sentido de que temos economias amazônicas extremamente avançadas e complexas, que as políticas públicas atuais não dão conta de abarcar. Temos pouca participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), não só porque a gente não consegue participar da construção dessas políticas, mas também porque elas não conseguem observar como é que as relações acontecem nos territórios. O funcionamento da política institucional local também não é favorável para impulsionar os territórios amazônicos, pois o cenário político é constituído por relações estabelecidas de forma muito violenta, e que se perpetuam ao longo do tempo.

Diversidades agroecológicas

Há duas publicações da ANA que demonstram a riqueza de experiências e diversidades na Amazônia. A primeira trouxe dados das iniciativas envolvidas em uma pesquisa do PNAE. A

gente teve três organizações nessa pesquisa, que reuniu 8 estados, com 10 organizações, e três eram da Amazônia: uma de Morros, no Maranhão, outra de Cuiabá e a última em Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso. Foram mais de 40 produtos, superando os valores que foram aportados do PNAE. Além dos 40 tipos diferentes de produtos, foram as chamadas com o maior número de produtos extrativistas, ou seja, mais produtos que vêm da floresta, vêm do conhecimento de como manejar a natureza, conhecimento que está se perdendo na agricultura camponesa, pois o capitalismo faz com que nos afastemos da nossa naturalidade.

Outra publicação da ANA, chamada Olhares Agroecológicos, fez uma análise econômica e ecológica de sete territórios ao todo, sendo três na Amazônia: Rondônia, Pará e Mato Grosso. Em relação aos resultados, no estudo da relação entre os produtos comercializados e o alto consumo, a Amazônia foi a região como o maior índice de desigualdade, com alguns locais que produzem 35 produtos, mas só comercializam 8, por imposição do mercado.

Os formuladores das políticas precisam perceber que não é a diversidade que deve se adequar ao “trejeito capitalista” que envolve as políticas públicas, e sim o contrário, pois não se trata somente da produção de alimento, mas também de reprodução de cultura, de vida, de modos de existência. Quando falamos que alimentação é um ato político, é porque, se não pudermos nos alimentar de forma correta, não conseguiremos reproduzir os nossos modos de existência. As pessoas começam a produzir hortaliças que são obrigatórias, como alface, cenoura, beterraba, que não fazem parte da nossa cultura alimentar, nem de longe! Temos o costume de misturar fruta com comida, fazemos outras misturas, temos outras formas de construir o sabor que vai nos alimentar. E se caímos na lógica imposta para nós, isso destrói nossas culturas.

Ao menos no contexto amazônico, o PNAE funciona melhor que o PAA, justamente porque permite um diálogo local mais efetivo, com melhores negociações, mesmo em contextos políticos adversários. A Conab não conhece a Amazônia ainda, e são muitas as dificuldades com as direções locais das Conabs da região.

Os dados levantados pela ANA ressaltam a capacidade de manutenção econômica das comunidades, buscando o reconhecimento de iniciativas que possam ser incorporadas ao mercado. A diversidade produtiva também contribui para gerar mudanças nas formas tradicionais de divisão sexual do trabalho, ampliando o espaço e participação das mulheres para além da esfera doméstica. Diversidade é algo que é um domínio feminino, as mulheres conseguem trabalhar melhor com a diversidade do que os homens, pela complexidade de seus cérebros. Por isso, a agroecologia deve ser feminista, e não é por acaso que as experiências mais exitosas têm grande participação de mulheres.

Principais demandas da agroecologia hoje

É urgente endereçar o aumento crescente da violência no campo, com relação às disputas territoriais vinculadas a processos no mínimo controversos do INCRA. Queremos também que a comunicação seja incorporada ao processo de Assessoria Técnica e de educação popular, como uma política pública inserida na agroecologia. Nós temos que ter a chance de comunicar para todos, dentro e fora, como são os nossos modos de vida, como eles se defendem, e como a produção agroecológica é importante para que esses modos de vida se mantenham.

Além disso, a gente quer uma terra popular, com capilaridade e com base local. A gente quer fomento, mas fomento que não faça com que as instituições acabem, como são os créditos hoje existentes. A gente não quer uma bioeconomia baseada em cadeias produtivas e no acúmulo de capital para poucos. E a gente quer superar essa visão que o mercado capitalista impõe à

agroecologia, de certificação e de demandas que tornam os produtos caros e inacessíveis para as pessoas mais pobres. A gente não quer fazer agroecologia para a classe média, a gente quer fazer agroecologia para os trabalhadores e trabalhadoras, para que eles possam alimentar seus filhos, para que tenham força para estudar melhor e ocuparem melhores espaços no futuro.

Conhecer para respeitar: integração da gestão pública com as agricultoras locais

Elianne Arruda Pires (Nutricionista - Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/MT)

O acesso ao conhecimento e à informação foi e ainda é fundamental para o trabalho que desenvolvo dentro da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, no Mato Grosso, como responsável pela aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da região. Quando cheguei à prefeitura, em 2018, eu não tinha conhecimento do que era o PNAE. Então, fui estudar. Hoje a gente tem 43 escolas, sendo 29 urbanas e 14 no campo, e atende a aproximadamente 9500 crianças.

O contato inicial com a legislação e toda a burocracia me assustou, e eu senti que precisava conhecer as escolas, as crianças, as merendeiras e as agricultoras *in loco*. Comecei a buscar e percebi que nas escolas não chegavam aquelas frutas, legumes e verduras. E ao mesmo tempo eu recebia visitas de agricultor oferecendo o produto. Eu não entendia o que estava acontecendo. Até que compreendi que, apesar de haver orçamento previsto na pasta, o que faltava era o planejamento e a integração com os agricultores.

Então eu fui a campo entender o que eles plantam, a cultura deles, entender toda a história por trás. A partir daí, comecei a montar o processo da chamada pública – vendo os alimentos que eles tinham para nos ofertar. Muitas vezes eu percebia a dificuldade para plantar, porque para chegar às crianças nas escolas não é simplesmente ‘compra, põe num caminhão e leva’. É todo um manejo da terra. Às vezes tem uma chuva forte, ou falta água e não tem um posto que possa abastecer aquela plantação. São inúmeras as dificuldades que o agricultor lá na ponta tem para fazer chegar o alimento à nossa mesa. Foi muito diálogo, muito trabalho de campo, e eu fui me apaixonando, gostando realmente desse contato.

Em 2019, conheci a FASE e os projetos vinculados às mulheres da Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal - ARPEP. Atualmente, são aproximadamente 30 mulheres articuladas em três grupos (Margaridas, Assentamento São José e Corixinha na divisa com a

Bolívia). Essas agricultoras produzem biscoitos e pães do babaçu e do cumbaru. Por meio do Centro de Tecnologia Alternativa, elas são habilitadas a emitir nota fiscal. Desse modo, a prefeitura pode fazer a aquisição e a distribuição nas escolas.

Cultura do Campo

Para que os produtos chegassem às escolas, precisei colocar a mão na massa, literalmente. Elas faziam originalmente o pão inteiro, mas a gente queria menor, para que fosse mais prático entregar na mão das crianças. Então íamos para o campo, conversávamos, pesávamos as massas. Mas sempre respeitando a cultura do campo, pois por trás disso tem uma cultura alimentar, tem história.

Também pude articular a relação entre as agricultoras e as merendeiras, promovendo encontros e diálogos para aumentar a compreensão mútua e o conhecimento dos processos produtivos de ambas as partes. Até hoje, ainda recebo questionamentos em relação ao valor disponibilizado para a produção local nas chamadas públicas do PNAE. As pessoas se assustam, perguntam por que vamos usar esse valor para frutas, verduras e legumes, perguntam pelo arroz e o feijão. Mas o reconhecimento e o respeito pelas culturas alimentares locais também passam por difundir o conhecimento nas diversas secretarias. Então, agora, um dos desafios que temos é o de buscar aprimorar o conhecimento e a contratação de nutricionistas, para disseminar os valores da alimentação local.

Quando eu cheguei na alimentação escolar, as pessoas diziam que não compravam os biscoitos pois eram caros. Vai lá no campo, catar o cumbaru do chão, carregar os latões, quebrar o fruto da castanha um por um, manualmente, para poder torrar, fazer a farinha, depois fazer os biscoitos. A mesma coisa o babaçu: descascar, depois ralar de forma artesanal, um por um, para produzir a farinha e enriquecer os pães. É um trabalho lindo o que essas mulheres fazem em Cáceres. Nossas crianças são privilegiadas por receberem esse alimento!

O apoio técnico da FASE foi e ainda é fundamental, tanto para nossa equipe e para a gestão do PNAE, quanto para que as agricultoras possam elaborar melhor seus projetos para as chamadas públicas. É um trabalho inconstante, mas o importante é não desistir.

EIXO FINANCIAMENTO

Fundo Dema: recursos que avançam e os desafios que permanecem

Graça Costa - educadora popular da FASE e presidente do Comitê Gestor do Fundo Dema

No âmbito do projeto Amazônia Agroecológica, o Fundo Dema, em conjunto com a FASE e apoio do Fundo Amazônia, visa a promoção da justiça climática e da soberania alimentar na Amazônia através de fomentos a projetos comunitários na região. As propostas financiadas pelo fundo alcançam indígenas, quilombolas, agroextrativistas e agricultores familiares, apoiando o fortalecimento organizacional, os projetos comunitários produtivos, a comunicação, o planejamento e a gestão territorial nessas regiões.

O Fundo Dema completou 20 anos em 2024 e ao longo desse tempo vem se consolidando especialmente ao longo da última década, fruto de uma governança tríplice, com gestão participativa (por meio de seus comitês gestores), de um fundo fiduciário (o Banco da Amazônia) e a FASE (personalidade jurídica que operacionaliza os financiamentos). Com uma abrangência de 500 mil km², atualmente são mais de 6 milhões de reais disponibilizados anualmente (**checar esse dado**), e um alcance territorial que vai desde a região do Baixo Amazonas, passando pela BR-163, até a Transamazônica e o nordeste paraense, o Fundo Dema se faz presente em reservas extrativistas, terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável e territórios quilombolas, contando com a intensa articulação das organizações do estado do Pará que formam a Malungu, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Uma primeira ação de diálogo entre a FASE e o Fundo Amazônia resultou no apoio a um conjunto de chamadas públicas em 2011. Esta é, portanto, a segunda iniciativa, agora mais articulada e unificada, com a presença de três componentes: o Fundo Dema, a FASE Amazônia e a FASE Mato Grosso. Ao longo desses 20 anos, o Fundo tem construído sua identidade com natureza comunitária territorial, tornando-se um instrumento que promove e facilita o acesso das organizações comunitárias que estão nos territórios a recursos que possam materializar sonhos, metas e expectativas. A chamada pública do Amazônia Agroecológica atendeu a 38 projetos, chegando a aprovar 42, entretanto, houve a desistência de organizações comunitárias, muitas por conta do contexto da pandemia e outras também por enfrentarem questões em relação à segurança das suas lideranças. Houve casos em que o projeto já estava aprovado, com o recurso liberado para aquela determinada organização, mas suas lideranças, boa parte mulheres indígenas à frente das associações, estavam diretamente ameaçadas por forças contrárias, que existem na Amazônia e com as quais precisam se relacionar diariamente.

Representatividade territorial e diversidade

O Fundo Dema beneficiou projetos em diversas regiões amazônicas, demonstrando a amplitude territorial desta chamada pública. São bastante diversas as localidades e os focos: há uma grande demanda de projetos na região de Santarém, Belterra, Altamira, no Xingu, Uruará,

Placas, como, por exemplo, uma oficina de beneficiamento de polpa de fruta conduzida por mulheres. Há projetos em Rurópolis, na região da BR-63, em Trairão, em Anapu; um projeto de casas de farinha em Gurupá, fornos agroecológicos, projetos oriundos de comunidades quilombolas. Esta distribuição da chamada pública demonstra a democratização do acesso, juntamente com a proposta de acompanhamento pelo comitê gestor do Fundo Dema, que realiza o monitoramento dos projetos em toda essa extensão territorial.

Uma especificidade em relação aos projetos quilombolas nas regiões do nordeste do Pará é o acompanhamento sistemático feito pelo Fundo Mizizi Dudu, específico para estas comunidades. Neste quesito, é importante ressaltar que o mesmo está em processo de autonomização em relação ao Fundo Dema, para se tornar o próprio gestor de suas propostas.

Ao longo dos anos, no Fundo Dema, as mulheres protagonizam a conquista de um espaço muito importante, como gestoras dos projetos e articuladoras das comunidades. Hoje, há um fundo específico de apoio às mulheres, o Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo, voltado ao fortalecimento de projetos coletivos de mulheres da região do Baixo Amazonas.

Os resultados dessa chamada pública também demonstram como as mulheres têm se organizado para apresentar propostas. Há um número muito significativo delas, que mesmo não estando à frente das organizações nos territórios, estão na coordenação dos projetos, e essa participação vem aumentando.

As juventudes também têm se aproximado cada vez mais das atividades e hoje estão especialmente presentes nas casas familiares rurais. O fundo vem dando especial atenção e apoio aos projetos das casas, discutindo inclusive, dentro de seu comitê gestor, a relevância das casas familiares rurais para que o fundo possa contar com técnicos e técnicas em agroecologia a partir do conhecimento, da tradição e ancestralidade das suas famílias. Em relação a isso, há algumas discussões e planos internos para essas juventudes. As experiências das casas familiares são uma grande oportunidade, pois o objetivo é que esses jovens formados nas casas sejam inseridos nos processos, assessorando, a partir dos valores das suas próprias famílias agricultoras, os projetos do Fundo Dema.

Preservação da floresta

O alcance do financiamento vai muito além do número de pessoas e comunidades diretamente impactadas. Dentro do número mínimo de cinco unidades familiares, previsto na chamada, há projetos que alcançam 50, 70 ou mesmo 100 famílias, pois sua natureza amplia a escala de impacto, chegando até escolas e outros espaços comunitários regionais.

Há muitos projetos vinculados a plantio de áreas degradadas, tema que tem se multiplicado nos últimos editais do Fundo Dema. Também, dentro dos quintais produtivos agroecológicos, há um número muito significativo de árvores plantadas em áreas já definitivas, tanto de espécies frutíferas, quanto de espécies nativas da Amazônia, como o mogno, que estava em processo de extinção na região e teve seu plantio incentivado pelo Fundo Dema, através de uma grande campanha permanente fortalecida por essa chamada pública, "Fundo Dema planta vida na Amazônia", trazendo um debate sobre o significado destas espécies florestais para esta área. Também há acordos comunitários de pesca dentro dos projetos oriundos das organizações sociais e um número significativo de nascentes que vêm sendo recuperadas através dos projetos.

É importante ressaltar também os esforços realizados pelos movimentos e pelo Fundo Dema para manter a Amazônia como ela é, valorizando os modos de vida dos seus povos e os seus sistemas produtivos, resgatando iniciativas importantes da produção de comida de verdade, em processos comunitários coletivos.

Neste sentido, para além dos resultados quantitativos apresentados, o impacto qualitativo dos investimentos é profundamente relevante. Os números apresentados são significativos, mas escondem muitos outros elementos qualitativos, em termos dos modos de vida, do resgate e fortalecimento dos valores dessas comunidades. Durante as ações de monitoramento, muitas das organizações apoiadas nessa chamada pública fazem menção ao quanto esses projetos reanimaram a comunidade. Portanto, os resultados vão além do numérico, eles vêm através do fortalecimento das organizações comunitárias.

A pandemia de Covid-19 desarticulou muitas destas organizações, pelo adoecimento de seus membros e pela própria defesa do território. Muitos dos territórios, especialmente os quilombolas, lacraram suas entradas, como uma forma de salvaguardar a população daquele quilombo. Muitas comunidades apoiadas pela chamada pública testemunharam o adoecimento e a morte de lideranças, e as pessoas se sentiram desestimuladas, tendo havido um longo tempo de espera para que a comunidade se recuperasse. A existência do projeto, no sentido de uma ação concreta para que a organização desenvolvesse, fez com que a comunidade voltasse a se reunir e retomasse suas assembleias, por exemplo.

Outro fator relevante a ser observado é que o Fundo Dema insiste sempre, através do seu comitê gestor, que os projetos devam ser elaborados pelas próprias comunidades. Ainda que o apoio técnico possa vir de pessoas ou instituições externas, ou de um órgão público próximo à comunidade, é necessário que o protagonismo seja da própria associação, pois é ela que vai receber a demanda da comunidade e saber como desenvolver o projeto. Esta diretriz vem sendo refinada ao longo dos anos, pois já houve situações em que, visitando uma comunidade e conversando com seus membros, os gestores do Fundo notaram que muitos não sabiam do que se tratava aquele projeto. Por isso, hoje há um cuidado extra com o processo de capacitação das comunidades, para que sejam elas mesmas as protagonistas de seus projetos.

Reforço para a Agroecologia

Além de apoiar financeiramente os projetos, o Fundo Dema tem uma metodologia, e os temas abordados nos editais e nas chamadas públicas são fruto de um debate feito não só pelo comitê gestor, mas também pelas organizações. Nesse sentido, nesse novo chamamento ao debate sobre agroecologia, a FASE tem sido um local privilegiado para receber e socializar a produção de conhecimento no tema abraçado pelo Fundo Dema como gerador dos projetos dos editais e chamadas públicas recentes.

É bastante interessante ver a questão do padrão alimentar como um compromisso, uma bandeira de luta, mas também como uma perspectiva sobre os territórios, pois cada vez mais as pessoas beneficiadas comentam que este já era o modo como trabalhavam, pensando em um modelo que vai além da produção e traz outros elementos agregados -, mas não sabiam que se tratava de agroecologia. Portanto, valorizar essa experiência no contexto da chamada pública dentro dos projetos comunitários tem um impacto na segurança alimentar dessas comunidades, pois elas se apropriaram do debate e o tornaram para além dos hábitos, uma questão de política pública. E hoje relatam que já conseguem comercializar parte da sua produção dentro do contexto das políticas públicas de distribuição. Por isso, a garantia da manutenção da

produção no contexto da sociobiodiversidade é bastante comentada pelos participantes beneficiados.

Comitê Gestor e governança

O nosso sistema de governança é constituído por organizações, que, dentro do comitê gestor, estão representadas pelos seguintes fundos: o Fundo de Mulheres Luzia Dorothy do Espírito Santo, o Fundo Socioambiental Barcarena e Abaetetuba e o Fundo Quilombola Mizizi Dudu. Os mecanismos de gestão do Fundo Dema têm sido bastante importantes nos processos de tomada de decisão, com o comitê gestor sendo um espaço de suporte à governança. Durante esta chamada pública, em função de dificuldades em relação às exigências documentais, pelo cuidado com a prestação de contas, o comitê teve um engajamento total no acompanhamento dos projetos, e isso contribuiu muito para o seu fortalecimento. Então o comitê hoje fala por si, em um lugar de governança e empoderamento, indicando caminhos de continuidade e de articulações, tendo hoje adotado o monitoramento como uma prática: não há nenhuma ação de visita técnica de monitoramento aos projetos sem a participação do comitê gestor.

Foi fundamental a constituição de uma rede de articulação, e, portanto, esse período também permitiu que nós pudéssemos fazer uma intervenção mais articulada, no contexto não apenas da chamada pública, mas também por estarmos em territórios onde a FASE tem ações de intervenção política educativa já bem consolidadas.

Nesse sentido, o esforço da FASE junto ao Fundo Dema colabora para a constituição de outras redes, como a Articulação Paraense de Agroecologia e a articulação da Rede de Fundos Comunitários da Amazônia. Essa articulação acontece a partir do planejamento estratégico e das discussões que acontecem no interior do Comitê gestor do Fundo Dema. O Comitê considerou que, depois de anos vivenciando a experiência de um fundo comunitário, era hora de dar um salto. Existem outras experiências parecidas com a do Fundo Dema na região Amazônica e ficou nítido que, ao se articular enquanto uma rede, as organizações podem constituir uma força maior. Isto é relevante dentro da perspectiva de incidência em políticas públicas, para melhorar a qualidade das iniciativas que estão colocadas no campo da agroecologia, como uma proposta que vem realmente qualificar não apenas o processo de produção, mas todo o fortalecimento da sociobiodiversidade.

Então, o Fundo Dema abraçou essa perspectiva e iniciou, no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) de 2022, uma primeira reunião, trazendo outras experiências de fundos, como o Fundo Podáli e o fundo das companheiras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que formaram e ainda formam parte dos diálogos sobre o tema. A rede está em processo de construção e consolidação.

Especificidades territoriais e desafios institucionais

Nessa chamada pública, o Fundo Dema se encontra em um momento significativo, pois, há uma maior compreensão dos processos por parte das próprias organizações comunitárias. O número de comunidades apoiadas, de famílias, de organizações que foram efetivamente contempladas pelos diversos editais e pelas chamadas públicas, vem aumentando significativamente. Para chegar a este resultado, o Fundo Dema conta com dois suportes determinantes para a sua ação: o fato de estar sediado na FASE e poder contar com reconhecimento de uma organização com tamanha representatividade no Brasil, com uma quantidade expressiva de processos construídos de forma democrática na sociedade civil brasileira, é um elemento fundamental e também o comitê gestor, pois sem ele seria impossível que a FASE, dentro de uma estrutura de

fundo comunitário, pudesse alcançar esses resultados. Além disso, ter um suporte pedagógico e de comunicação também é importante, pois estes são elementos da proposta política do Fundo Dema, que conta com uma proposta metodológica, com um sistema de informação, um plano de trabalho, um conjunto de boletins, que dialogam com as comunidades.

O Fundo conta ainda com um guia, que fornece orientações, oferecendo um passo a passo para as comunidades, desde como elaborar seus projetos até o monitoramento, a gestão e a avaliação. Há um caderno oferecido às organizações durante a execução dos projetos, para registrar o cotidiano, o dia a dia, as ações, as atividades, as dificuldades. O objetivo é que em algum momento a comunidade se reúna e possa ter ali elementos sistematizados para guiar os próximos passos ou, como se diz na educação popular, fazer a correção de rumo.

A informalidade é muito forte na Amazônia. Há dificuldades reais como, por exemplo, o motorista do barco que não tem nenhuma nota fiscal para apresentar. É difícil fazer a cotação em um contexto em que, a depender da sua abordagem e da insistência, o fornecedor não conseguirá responder. Esse é um debate que está dentro do Fundo Dema, e são dificuldades que precisam ser reconhecidas pelos seus apoiadores.

Através da rede de fundos, hoje o Fundo Dema se encontra em uma escala mais ampla, em uma perspectiva mais amazônica, e inclusive articulada em uma agenda internacional, fazendo incidência no debate sobre a filantropia e a cooperação. Dentro do seu planejamento estratégico, orienta-se para a valorização do espaço de redes, pautando também o debate sobre o papel da cooperação atualmente, questionando quem são seus apoiadores, qual é a natureza dos seus recursos, mas também provocando discussões sobre como favorecer o diálogo, para que se torne cada vez mais horizontal e respeitoso.

O desafio hoje é fortalecer o Fundo para que ele continue a ser um instrumento de justiça ambiental e climática. É necessário absorver os aprendizados, que são muitos, especialmente sobre a necessidade de fortalecimento dos processos de diálogo e de incidência de forma mais ampla. Os fundos comunitários são instrumentos que podem se tornar sujeitos políticos de ação na Amazônia, unindo-se aos já existentes movimentos sociais para fortalecer o debate atual sobre as mudanças climáticas, sobre o financiamento do clima. Principalmente pensando qual é o papel exercido por esses fundos e que propostas podem ser apresentadas nos espaços em que esses debates ocorrem, a partir das experiências que já são trabalhadas. É importante incidir no campo da filantropia e da cooperação para o fortalecimento do tecido social, desde uma perspectiva da sociedade civil brasileira que leve em consideração os efeitos das mudanças climáticas nos territórios e nas famílias, como as secas e as queimadas. Essa é uma questão que precisa se constituir como uma pauta permanente do debate sobre a intervenção das organizações que estão nos territórios da Amazônia.

Por isso, é determinante pensar a parceria da FASE e o Fundo Dema com o Fundo Amazônia representando um processo, e não um projeto que tenha início e seu fim. É preciso que haja continuidade, trazendo transformações reais, uma Amazônia possível, que pode ser participativa, com organizações comunitárias fortalecidas, por quem sabe que é uma potência natural, social e econômica para os processos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Podemos concluir que esta chamada pública fortaleceu muito o lema do Fundo, tornando concreta a possibilidade de dizer que realmente “Somos a floresta”.

Fundos Comunitários Territoriais e Governança Local

Luciene Figueiredo (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu/MIQCB e do Fundo Babaçu, que integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia)

Em 2011, quando a discussão sobre a criação do Fundo Babaçu estava iniciando dentro do movimento das quebradeiras, nós estivemos na FASE, para entender a experiência do Fundo Dema, os temas de gestão e de administração, as ações do fundo e as formas de dialogar com as instituições – dialogamos muito também com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Nessa caminhada, em 2012 foi criado o Fundo Babaçu, e outros momentos desse debate conjunto fizeram com que, por exemplo, hoje o movimento das quebradeiras tenha um projeto diretamente com o Fundo Amazônia. Naquele momento, o Fundo Dema estava iniciando suas tratativas com o Fundo Amazônia, e nós, do movimento de quebradeiras, aceitamos o desafio de provocar o Fundo Amazônia para apoiar e fazer chegar o financiamento climático, com os recursos que chegam no nosso país, até as comunidades, em nome dos povos e comunidades tradicionais que fazem a conservação e a preservação dos territórios da Amazônia – e de todos os biomas do Brasil.

Nesse caminho, houve a construção da Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, que é constituída por oito fundos comunitários territoriais e vem trabalhando no diálogo sobre avanços, desafios e dificuldades de financiamento. Para que os movimentos sociais acessem os recursos diretamente das comunidades, precisamos modificar os instrumentos e readequar as legislações. É preciso uma incidência forte nas políticas públicas, já que as legislações atuais não favorecem a gestão de projetos dessa magnitude pelas comunidades.

O Fundo Dema representa, além da justiça climática, justiça social e econômica, porque fortalece as vozes comunitárias, as vozes territoriais de mulheres, de jovens, de agroextrativistas, dos povos indígenas, convocando ao fortalecimento desses grupos.

A geração de renda e a diversificação da economia são instrumentos importantíssimos para garantia dos territórios. Atuar e trabalhar os recursos naturais, da agricultura familiar e da agroecologia, fortalecendo uma economia de base familiar, comunitária e territorial, garantem a permanência nos territórios, fortalecendo o protagonismo.

Nesse sentido, é importante refletir sobre os posicionamentos em vistas à COP30, a ser realizada em Belém, em 2025. O Fundo Dema – com a sua experiência de 20 anos trabalhando no fortalecimento, conservação, preservação e valorização do uso de recursos naturais, e também na mudança de vida das pessoas, comunidades e povos – e nós, enquanto fundos comunitários e movimentos sociais, precisamos pensar juntos como podemos influenciar os governos que aqui estarão debatendo, buscando a mudança dos instrumentos burocráticos na legislação, para que o recurso destinado ao clima seja acessado por quem está no dia a dia das mudanças climáticas, atuando e vivendo em condições mais desafiadoras.

A necessidade do financiamento se justifica pela própria necessidade de conservação e preservação das florestas, das águas, do solo, de toda a biodiversidade, da sociobiodiversidade. Mas, na prática, é necessária uma afirmação permanente, pois muitas vezes a falta de atuação do Estado dificulta o acesso aos recursos pelas próprias comunidades, penalizadas duplamente pela falta da política pública. No contexto da regularização fundiária, a falta dos instrumentos jurídicos que garantem de fato os territórios, do ponto de vista da legislação, deixa a comunidade sem acesso aos recursos financeiros e ao financiamento público.

Na chamada atual do Fundo Babaçu, por exemplo, houve uma proposta de uma comunidade quilombola centenária que precisou entrar com um recurso e solicitar a certificação estadual de seu território. Ainda bem que há uma legislação estadual conquistada nos últimos 10 anos no Pará, que permitiu que uma Secretaria de Estado emitisse a documentação certificando a história contada pela própria comunidade, para dar a garantia de posse mansa e direta. Mas, se analisarmos corretamente, a comunidade está sendo punida duas vezes, pois deveria ter há muito tempo o instrumento jurídico emitido pelo governo federal, garantindo aquele território. Este é apenas um dos desafios no apoio aos projetos do Fundo Dema – na Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, este tema também está fortemente colocado.

Por isso, o apoio aos projetos é fundamental, fortalecendo não só o acesso às políticas de distribuição de renda, como também às políticas de fornecimento de alimentos saudáveis, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instrumentos conquistados pela agricultura familiar. O financiamento viabiliza não apenas projetos específicos, mas fortalece a capacidade de gestão das organizações comunitárias, das pessoas e das lideranças. Isso nos prepara para acessar outros recursos existentes, fazendo a gestão de acesso a mercados, na relação com outras exigências, no caso do PAA e do PNAE, e em casos de instrumentos de fomento e políticas públicas estaduais.

Um outro grande desafio é o tamanho geográfico, e como manter ao mesmo tempo a diversidade e a unidade de um grande financiamento com a força e o protagonismo das comunidades. Além disso, é necessário incorporar a proteção às lideranças na hora de se pensar as condições das chamadas públicas. Isso precisa ser colocado na pauta do diálogo com os financiadores, pois é triste saber o que acontece, conviver com o fato de que muitas lideranças precisam abrir mão de algo que vai melhorar e transformar a condição de vida local, em função de ameaças, por conta de conflitos socioambientais.

Assim, incorporar as especificidades da região é fundamental para que os financiamentos sejam realmente justos. Muitas vezes, por exemplo, precisamos estar capacitados e preparados para fazer a gestão de instrumentos que são completamente alheios à realidade local. Os desafios legais são muitos, não apenas na elaboração dos projetos, mas na sua prestação de contas. Uma coisa simples, como a necessidade de fornecer o CPF para constar no recibo, não é tão simples na Amazônia, as pessoas têm medo de dar o número. Então a compreensão da realidade local precisa fazer parte do próprio processo do financiamento.

O Fundo Dema fortalece as comunidades e os povos, e os povos fortalecem o Fundo Dema. Eu acho que é dessa relação que a gente cresce e fortalece o quadro social, a luta e a organização local, para seguir avançando.

O Fundo Dema também tem dado um grande apoio para a democratização do acesso aos financiamentos do clima. A experiência de 20 anos mostra que é possível que as comunidades, os territórios, as organizações locais, os povos, façam a gestão dos recursos. Isto muito anima a todos os outros fundos comunitários, nós que estamos nesta rede, e nos encoraja ao debate, para buscar os recursos e fortalecer os territórios e as comunidades locais. Vida longa ao Fundo Dema!

Perspectivas sobre fazeres indígenas e incidência institucional

Valéria Paye Pereira (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB no Comitê Orientador do Fundo Amazônia/COFA)

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) é responsável por estabelecer os critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, bem como pelo acompanhamento e aprovação do relatório das atividades.

A partir do lugar que ocupo, como indígena e como participante do movimento indígena, acompanho bastante o histórico de atuação do Fundo Dema. São muitos os desafios colocados, mas também muitas as experiências de sucesso nas ações operadas na ponta, na incidência do local para o macro. Essa construção é parte da nossa natureza como movimento social, na soma das lutas dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Para nós, a atuação em rede acontece de forma automática, mas as alianças e construções que fazemos fortalecem as nossas próprias organizações, para que possam incidir em espaços grandes como o COFA, por exemplo. São espaços bastante difíceis de ocupar, e conseguir incidir nesse espaço requer bastante articulação.

No COFA, são muitos os segmentos representados: o Estado, com governo e órgãos federais e os governos estaduais, e nós, da sociedade civil. Atualmente, nas cadeiras da sociedade civil, estão alguns movimentos sociais, dentre eles a COIAB, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que são hoje as organizações que identificamos como parceiras para conversar e construir nossa incidência.

Nestes processos de captação e redemocratização dos recursos, a atuação do Fundo Dema demonstra que é possível que as organizações comunitárias dos próprios territórios sejam os executores da aplicação dos recursos. Não é o Fundo Dema que realiza, o Fundo Dema apoia. O Podáali, fundo indígena da Amazônia brasileira ligado à Coiab, que eu dirijo, também funciona assim. Para isso as nossas instituições pensaram os fundos, para que tivessem o papel de instrumentos apoiadores. Quando a gente conseguir captar recursos do Fundo Amazônia, os projetos não serão do Podáali, não serão do Fundo Amazônia, serão projetos das nossas comunidades. Porque se não for feito por quem está lá na ponta, não adianta ter a nossa captação, ou o Fundo Amazônia apoiar. Para quem nós vamos repassar? Se não existe esse fazer, não adianta. E esse fazer é nossa responsabilidade, de cuidado com os nossos territórios, com o bem-estar, utilizando essa experiência bonita da agroecologia, as várias formas de fazer dos povos indígenas, os sistemas agroflorestais, a diversidade.

Em relação aos desafios que enfrentamos, existe a ausência de normativas com um olhar direcionado especificamente para o público de povos indígenas e comunidades tradicionais, que somos muitas vezes tratados como pequenos produtores de forma genérica, sem a compreensão dos nossos fazeres. Isso nos separa desde o princípio, porque nossas comunidades não se enquadram nos critérios de seleção.

No Fundo Amazônia, enquanto o limite mínimo para acessar o financiamento for de cinco milhões, essa dificuldade vai continuar persistindo. Qualquer organização nossa, pequena, que não tem uma estrutura e tem que responder a milhões de questões, um questionário enorme, não vai conseguir acessar, a não ser por vias como essa: através do Fundo Dema.

Esta é uma reflexão que temos feito bastante no COFA. Todo o nosso trabalho de fortalecimento dos fundos comunitário é de certa forma uma adaptação, que talvez não fosse necessária se os recursos fossem pensados para serem realmente democratizados, respeitando a diversidade de povos e modos de fazer da Amazônia. O Estado tem que pensar políticas com essa diversidade em mente.

Sabemos que o Fundo Amazônia é um fundo operado por um banco, e o banco tem regras e impõe as suas regras. Não tem COFA que dê jeito de mudar isso, mas é uma luta e ninguém desiste, temos que continuar. É um processo de incidência permanente, e em algum momento sei que vamos conseguir incorporar as nossas perspectivas a esses processos.

As exigências em relação à regulamentação das terras e comunidades também são um obstáculo. Para as chamadas públicas do Fundo Amazônia, as propostas precisam apresentar parecer de municípios e estados, o que demanda uma grande articulação e interlocução dos movimentos sociais com as estruturas dos estados. Esses processos burocráticos vão eliminando a participação ampla.

Depois dos quatro anos difíceis que tivemos, em que o Fundo Amazônia ficou paralisado, em especial os projetos que estavam em fase de avaliação, vimos que muitas regras impedem a execução e o avanço dos financiamentos. No caso indígena, muitos projetos ficaram parados porque precisavam do parecer da FUNAI. A FUNAI não deu andamento e não houve jeito de retirar os projetos das gavetas dos seus gestores. Propostas de outras instituições chegaram a precisar devolver os recursos, porque não tinham o parecer da FUNAI. E não depende da gente, a gente depende do Estado para ter esses benditos papéis.

Demarcação de terras indígenas é obrigação do Estado, mas tem comunidade indígena que não tem o seu território tradicional demarcado, então não pode receber o apoio. A exigência dessas documentações não deixa de ser uma dupla penalização, não deixa de ser a continuidade do desejo de nos tutelar.

É importante continuar debatendo esta questão, porque isso afeta profundamente a autonomia dos coletivos de povos indígenas e comunidades tradicionais em seus jeitos de ser, e afeta a possibilidade de manter, no futuro, a diversidade, que é uma característica muito forte do Brasil e, principalmente, da Amazônia brasileira.

Agendas de financiamento climático e de efetivação do direito à terra: dos aprendizados da Rio-92 às oportunidades da COP30

Aurélio Vianna Jr. (Ex-diretor do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7))

Os olhos do mundo estão voltados para o território amazônico por algo que considero um produtivo encontro de agendas. A Amazônia se destaca como tema central de duas importantes cúpulas: a 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU, realizada em Cali, na Colômbia em novembro de 2024. E a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém, em novembro de 2025. Essa combinação das agendas de biodiversidade e do enfrentamento às mudanças climáticas cria um cenário bastante interessante para a região pensar a efetivação do direito à terra e a democratização do financiamento climático, debates que a FASE pauta ao realizar o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica.

A combinação das duas COPs oferece uma oportunidade ímpar de se alcançar um maior financiamento para a agenda de preservação da região nos próximos anos. Há elementos para acreditarmos.

O atual momento conjuntural nos remete há 30 anos, quando na Rio-92, a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra, foram assinadas a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esses compromissos geraram iniciativas posteriores e abriram espaço para a construção de uma agenda de proteção e conservação da floresta.

Algo inédito que foi proposto para o mundo foi a ideia de associar a proteção da biodiversidade a direitos territoriais e ao reconhecimento de povos e comunidades tradicionais, como os indígenas. Embora hoje nos pareça algo natural que esses são os sujeitos políticos da conservação, a proposta colocada foi uma grande inovação pois as unidades de conservação, até então, eram pensadas sem a presença das pessoas. Chico Mendes lutou muito para mostrar que a conservação da Amazônia não poderia mais ocorrer sem o reconhecimento da presença das populações tradicionais.

Houve ainda, como um dos resultados da Rio-92, a apresentação do primeiro grande programa de cooperação internacional, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que ajudou a transpor os diálogos que se centravam, até então, apenas na proteção à biodiversidade para uma discussão maior sobre o financiamento climático.

Essa é uma virada importante, já que a agenda de financiamento climático sempre enfrentou um constrangimento orçamentário no Brasil. Mesmo quando havia vontade política, as limitações orçamentárias estavam presentes trazendo camadas adicionais de dificuldades. A partir daquele momento, o Brasil demonstra que os recursos da cooperação internacional são essenciais para servir à regularização fundiária e ao combate ao desmatamento.

Com isso, não é possível hoje falarmos de 114 milhões de hectares de terras indígenas homologadas na Amazônia sem atribuirmos aos recursos do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que fez parte PPG7. Mesmo pensando em uma proposta de conservação, o PPTAL incluiu processos de regularização fundiária e de reconhecimento territorial como parte fundamental de sua execução.

Também não é possível falarmos dos fundos comunitários e territoriais, como o Fundo Dema, sem pensar em toda a experiência que houve no Projetos Demonstrativos (PDA) e no Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI).

Os conhecimentos produzidos no PPG7 no âmbito das políticas públicas ambientais também serviram de referência para a elaboração do Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia, criado em 2008 no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é a primeira experiência de elaboração de mecanismo financeiro por um governo do Sul Global para receber recursos do financiamento climático. O Fundo Amazônia pretendeu, a partir desses recursos, possibilitar a implementação de uma política pública de combate ao desmatamento. Embora o PPG7 tenha sido mais amplo no apoio a diferentes agendas, o Fundo Amazônia trouxe para a mesa internacional uma centralidade sobre a regularização fundiária.

É importante assinalar que a nova compreensão trazida pelo Fundo Amazônia foi construída a partir da intervenção dos movimentos sociais, que conseguiram demonstrar que a regularização fundiária e a preservação ambiental estão intimamente ligadas.

Essa breve linha do tempo nos mostra que o Brasil está diante de uma oportunidade única. A realização das duas COPs e o crescente foco internacional sobre a Amazônia colocam o país em uma posição central em relação a agenda de preservação da região e a captura de financiamentos.

O novo governo Lula, após quatro anos de um governo anterior que dificultou o avanço das agendas sociais, está diante de um momento político estratégico. Está muito claro que se a Amazônia não for parte da agenda brasileira, certamente será de outros países.

Não há dúvidas que a Amazônia é um ponto chave no combate às mudanças climáticas e deve ser financiada como tal.

Do problema à solução: como nasceu o Fundo Dema

Felício Ponte (Procurador da República)

Há 20 anos, eu estava no prédio do Ministério Público, onde trabalhava, e recebi uma ligação do superintendente da Polícia Federal: “Felício, nós acabamos de fazer uma apreensão no Rio Iriri, no Rio Xingu, de dezenas de centenas de metros cúbicos de mogno. A recomendação de vocês é para que a gente coloque fogo na madeira apreendida, por não ter como transportar. Teríamos que atear fogo a caminhão, a embarcação, a tudo, mas eu estou te ligando para perguntar se é para fazer isso mesmo”. E eu disse: “não, não faz isso, não”. Ele me perguntou: “mas o que é que eu faço com isso então?”

Nessa mesma noite, todos os jornais estampavam reportagens sobre quilômetros e quilômetros no Rio Iriri, no Rio Xingu, de toras de mogno, descendo o rio em direção a Altamira.

O problema era grave. Nós não podíamos tocar fogo e o mogno não podia ser vendido. Se a gente colocasse para leilão, quem iria fazer a aquisição daquele produto era o mesmo madeireiro que tinha tirado a madeira da terra indígena. Então essa era a situação, e a gente não tinha para onde ir. Tínhamos 20 dias para encontrar uma solução, antes que a madeira chegasse a Altamira. E eu ficava me perguntando: E agora?

Até que chegamos a uma solução: leiloaríamos o material apreendido fora do Brasil. Nós tivemos a chance histórica de mudar a regra nacional. Assim, a gente contornou a proibição da venda do mogno no Brasil. Mas tínhamos só metade do problema resolvido, pois queríamos que o dinheiro voltasse para a Amazônia.

Então nós começamos a correr atrás, pensando “quem vai gerenciar esse recurso, como que a gente vai fazer?”. E eu ligava para várias instituições e todas elas me diziam: fala com a FASE; fala com a FASE; fala com a FASE.

Eu fui então bater à porta do Matheus Otterloo, coordenador do Programa Regional Pará da FASE, na época, que me recebeu. Eu expliquei o problema e ele ficou tenso. Corria na sala, de um lado para outro, nervoso. Dizia: “isso não tem jeito, é muito dinheiro. Como é que a gente vai gerenciar? Quem vai escolher esses projetos?”. Eu respondi “olha, se vocês da FASE não souberem onde esse dinheiro deve ser aplicado, ninguém mais vai saber. Aqui na Amazônia, para resolver isso, só tem vocês”.

Esse encontro foi na sede da FASE. Era um desafio diferente, nebuloso, nós não sabíamos em que isso ia dar. Até que ele voltou dizendo: “vai ser uma loucura o que eu vou fazer, mas eu digo sim a você”. E graças a esse “sim” do Matheus, nasceu o Fundo Dema, que completa 20 anos.

Desenvolvimento para que e para quem?

Hoje, eu sou Procurador Regional da República em Brasília. O que significa que atuo nos processos da região amazônica e da primeira região, que engloba o Cerrado. Todos os processos de conflitos socioambientais que estão judicializados na justiça federal, processos de Belém, Santarém, Manaus, Macapá, vão em grau de recurso para Brasília, para o Tribunal Regional Federal. Eles vão para um grupo de cinco procuradores, e eu sou um deles, e a gente deve fazer a defesa dos povos e comunidades tradicionais que estão contra o Estado.

Hoje nós estamos trabalhando com cerca de 900 recursos, entre apelações e agrava de instrumentos, ou das nossas comunidades, ou contra as nossas comunidades. E em todos esses 900 recursos, o que me parece muito claro é que o que estamos vivendo o choque entre dois modelos diferentes de desenvolvimento: o modelo predatório e o modelo socioambiental. Em todos esses conflitos, nós temos alguém do modelo predatório de um lado e do outro lado alguém do modelo socioambiental, do modelo da agroecologia.

O modelo predatório tem basicamente cinco atividades econômicas: madeira, pecuária, mineração, monocultura e, mais recentemente, energia. Na justiça, são sempre empresas que estão defendendo um desses cinco modelos de um lado, e do outro, povos e comunidades tradicionais.

No Tribunal Regional Federal em Brasília, eu tenho que fazer a defesa, não só escrita, mas subir à tribuna para fazer a defesa jurídica de povos e comunidades tradicionais em cada um desses processos. E os desembargadores e o grupo de juízes sempre questionam, entendendo que nós, os “do outro lado”, queremos engessar o desenvolvimento. Dizem: “você são contra o desenvolvimento. Há uma situação de puro desenvolvimento, as pessoas estão construindo fábricas de madeira, ou estabelecendo pecuária na região, que vai garantir comida hoje, estão estabelecendo mineração, vai nos trazer divisas com a exportação desses produtos, e você do outro lado?”.

É nessa hora que o sucesso dos projetos apoiados pelo Fundo Dema serve para mostrar que nós não queremos engessar o desenvolvimento, o que nós temos é uma outra concepção de desenvolvimento.

Porque a concepção de desenvolvimento do modelo predatório não nasceu espontaneamente. Ela foi gestada. Especialmente pensando na Amazônia, por exemplo, esse modelo foi cunhado na década de 1970. Ele foi bem pensado pelo governo militar, desenvolvido em projetos e normas. Nós hoje, mais de 50 anos depois, já temos resultados concretos desses investimentos no modelo predatório para mostrar. E que resultados são esses? Depois de tanto dinheiro direcionado a essas atividades, nós ainda temos na região o menor índice de desenvolvimento humano do país, uma vergonha perto do índice já vergonhoso nacional. Ainda somos campeões do trabalho escravo no Brasil. Estamos com uma taxa de desmatamento da Amazônia de 20%, com os cientistas dizendo que se chegarmos a uma faixa entre 20 e 25%, vamos adentrar ao ponto de não-retorno.

Então, esses resultados mostram que o modelo que eles implantaram não deu certo, e que outro modelo precisa acontecer: o modelo dos povos e comunidades tradicionais, que precisa de força e de recurso para ser implantado de maneira urgente, por conta da crise climática. Nós precisamos urgentemente fazer com que isso aconteça, não só para salvar os povos e comunidade tradicionais, para que continuem sendo o que querem ser, mas também para salvar o planeta, porque nós vamos entrar no ponto de não-retorno se o modelo de desenvolvimento predatório continuar sendo implantado.

Por isso, a importância de cada um dos projetos apoiados pelo Fundo Dema é enorme. Podem parecer pequenos, mas não são. Imaginem se a gente consegue sair do micro para o macro, replicando esses projetos de resiliência, mostrando que estamos certos, e só precisamos de recursos para fazer essa ampliação? Precisamos atuar de maneira muito rápida e em um curto espaço de tempo, sob pena de não termos mais as condições climáticas necessárias para a manutenção da floresta.

Os desafios de um banco formado por pessoas

Leonardo Pamplona (Fundo Amazônia)

O apoio à atividade produtiva em situações ambientais é um dos pilares do Fundo Amazônia, aliado à política de combate às mudanças climáticas. Há também outras ações, como monitoramento e controle diretamente nos estados, mas a atividade produtiva é o centro do trabalho, o que vai gerar a mudança do modelo econômico, tão necessária hoje.

É muito interessante ver que as atividades e projetos incentivados pelo Fundo Dema têm uma predominância de mulheres. Os grandes problemas atuais, os desequilíbrios que o mundo ainda vivencia, são também, em certa medida, fruto do desequilíbrio entre o papel das mulheres e o dos homens na sociedade. Então é importante ver a força feminina com mais representatividade, pois é essencialmente de um sentimento de mãe que o mundo está precisando: de mais cuidado, de mais zelo pelas coisas, pelas pessoas, pela natureza. Então o papel das mulheres é fundamental para poder alcançar esse novo modelo socioeconômico.

Ampliação do alcance

O Fundo Amazônia é uma conquista, dentro do histórico dos fundos do BNDES. Inicialmente, havia uma atuação muito restrita, ligada a questões de cunho mais assistencialista. A partir do desafio de apoiar atividades produtivas, já em 2005, por meio do Fundo Social, o BNDES apoiava pequenos projetos de cooperativas.

No início deste trabalho, o possível foi, para os pequenos projetos, seguir as mesmas regras aplicadas aos grandes projetos. Obviamente, o resultado disso foi muito detalhismo nos projetos e uma atuação que, apesar de ter qualidade, tinha pouca quantidade. Isto é uma crítica que se faz ao BNDES até hoje, mas é importante reconhecer aqui o avanço da trajetória observada nesse trabalho com os fundos não-reembolsáveis do BNDES, que foi escolhido para gerir o Fundo Amazônia por demonstrar qualidade na execução.

Houve um momento em que se reviu essa atuação internamente, pensando o apoio direto a projetos produtivos, justamente para ampliar o público. A partir daí, o banco começou a buscar parcerias com instituições públicas e privadas, com organizações da sociedade civil que tivessem mais proximidade com o projeto na ponta, e eventualmente recursos adicionais para aplicar. Esse foi um movimento de ampliar a atuação do Fundo Social, e o Fundo Amazônia de certa forma buscou o mesmo modo de atuação, sempre com alguma instituição que estivesse mais próxima, para acompanhar o dia a dia dos projetos pequenos apoiados. Conseguimos ampliar bastante o alcance, e certamente fez e continua fazendo parte das avaliações internas a percepção de quanto isso é ainda é pouco. Tudo o que já foi feito até agora é bastante significativo, mas ainda há muito trabalho pela frente, principalmente em termos de reflexão estratégica e de capilaridade.

A FASE é uma grande parceira, de qualidade, eficiente, com uma abrangência que viabiliza o trabalho, dada a sua estrutura. No cenário da Amazônia, há algumas outras instituições de nível intermediário, geograficamente falando, que podem alcançar um público maior, mas olhando o ambiente institucional, é possível ver que ele ainda precisa de muita densidade. Institucionalmente, os fundos comunitários são instrumentos importantes para dar musculatura à rede institucional de territórios, e há certamente agentes de desenvolvimento local que precisamos fortalecer. Esta é uma agenda fundamental para o Fundo Amazônia e para a atuação na área de atividades produtivas sustentáveis.

A ideia de estabelecer um limite orçamentário mínimo existe para que os pequenos projetos se juntem para acessar o financiamento. Se o BNDES fosse atuar diretamente com os pequenos proponentes, estaria limitando a própria capacidade de atuação, porque também há limites técnicos, operacionais, de pessoal e de sistemas. Nesse sentido, o exemplo do sistema de informações do Fundo Dema é muito interessante, como uma experiência a ser expandida, como forma de melhorar a visibilidade, o controle, prestação de contas e gestão dos projetos.

Outro desafio relevante, que atualmente está sendo discutido no BNDES internamente, é como perenizar os recursos investidos. Isto é bastante importante, especialmente por conta dos ciclos políticos, pois, no momento, o Fundo Amazônia está ativo, mas em algum momento do passado não esteve. Sendo um recurso não-reembolsável, ele é importante para gerar camadas de musculatura, para fazer com que esses projetos possam, em algum momento, caminhar com mais independência, até mesmo dos recursos não-reembolsáveis. Esse é um recurso que serve para ensinar a caminhar, a lidar melhor com verbas, com gestão, temas que precisam estar cada vez mais presentes no dia a dia dos empreendimentos. O objetivo é que eles possam acessar recursos de crédito no sistema financeiro, e usar o financiamento não-reembolsável para apoiar quem ainda está engatinhando.

Os fundos comunitários vinculados ao Fundo Dema representam essa possibilidade de perenização, constituindo-se a partir do próprio exercício pedagógico do financiamento, buscando perenizar o recurso de crédito naqueles territórios. Neste sentido, um aspecto relevante é o de capacitação, pois oferece histórico de crédito para quando os empreendimentos forem acessar o sistema financeiro. Então, mais do que estar sempre apoiando atividades não-reembolsáveis, o Fundo Amazônia pode estruturar a capacidade de gestão dos territórios, pois quando você precisa devolver o recurso, você também tem que melhorar sua capacidade de gestão e controle de custos.

Em relação à questão da escala amazônica, é interessante que os projetos pensem no aspecto da visão territorial, para abarcar e articular todas as potencialidades produtivas do território. Por exemplo, na chamada pública que contou com quinze projetos contemplados na região de Santarém, fica uma pergunta: será que cada um desses projetos tinha conhecimento dos outros? Será que poderiam ter desenvolvido estratégias conjuntas de comercialização, de logística, de capacitação, pensando uma comercialização conjunta, tanto para mercados institucionais, como estratégia inicial, mas para outros mercados também, como acordos de venda garantida para o setor público e o privado, ou diretamente para o consumidor final?

É possível pensar uma estratégia de confiança, montar modelos com garantia de venda, com parcerias mais duradouras, que estruturam a produção. Os fundos locais têm papel importante nisso, não só para o financiamento, mas pela visão do território. Na maior parte das vezes, há o apoio ao empreendimento, àquela atividade produtiva, e a comercialização fica por conta do próprio empreendimento, mas muitas vezes essa não é a habilidade principal daquele grupo. Então, por exemplo, para a parte da venda se pode pensar em um ator específico, de uma maneira mais organizada, junto com outros empreendimentos, pensando em uma atuação conjunta territorial.

Amazônia na Escola

Este é um projeto experimental, já pensando justamente a comercialização. A ideia é garantir a venda para estruturar a produção. A estratégia inicial, que ainda precisa ser testada, foi baseada em realizar uma estatística dos municípios em que há mais escolas, com mais alunos, onde a

demanda por alimentos é maior. A partir daí foi feita uma aproximação, foram feitas oficinas com representantes da sociedade civil para discutir essa metodologia de priorização de territórios. A conclusão foi a de atender às escolas que foram identificadas dentro dos municípios que têm mais alunos, com estímulos inclusive às próprias escolas, para que possam estruturar as suas cozinhas ou cozinhas comunitárias, receber apoio logístico, caminhões, tanto pra escolas ou para comunidades também, onde for possível. Esse processo avaliou também os empreendimentos no entorno territorial das escolas, para que se estruturarem oferecendo as peças às escolas.

Este é um projeto piloto, ainda está em avaliações, mas já está nítido que toda a atuação em atividade produtiva sustentável precisa ser transversal. Então, nos próximos projetos com a FASE, já podem ser introduzidos elementos que dialoguem com a estratégia de olhar os territórios, onde estão as escolas, e realizar os apoios que conjuguem essa articulação, não só da oferta de alimentos, mas também da demanda, para que aquelas escolas consumam os produtos do território, e não produtos que venham de fora, que chegam muitas vezes com um custo muito maior.

Por fim, é fundamental lembrar que o BNDES tem regras, que muitas vezes não são nem definidas pelo próprio banco, mas que ele é obrigado a seguir. O Fundo Amazônia vem recebendo avaliações muito positivas, tanto dos doadores, quanto dos órgãos de controle. O banco é composto por pessoas, e as que estão trabalhando nas áreas socioambientais, principalmente, são pessoas que estão querendo fazer a diferença em prol dessa agenda, pessoas que, na medida do possível, aos pouquinhos vão buscando avançar e aprimorar as regras. Não é fácil, não é simples, não é rápido, mas há avanços.

Eixo: Conhecimentos e Modos de vida

Formação técnica e acadêmica em agroecologia avança com ações de resistência em meio a desafios

A importância das instituições de ensino superior reconhecerem os movimentos sociais e a permanência de espaços populares de construção do conhecimento foram enfatizados pelos participantes do Seminário Nacional Amazônia Agroecológica

A ascensão da agroecologia nas universidades brasileiras ainda é pequena diante da larga tradição das escolas de ciências agrárias, fundadas no país ainda no final de 1850, no período imperial. Nos espaços de ensino formal em que há uma proposta de formação mais crítica e humana, e voltada para a conservação ambiental e atividades econômicas sustentáveis e menos para o modelo de ensino tecnicista, ocorrem diferentes tensionamentos. Os caminhos para superá-los e garantir a construção da educação em agroecologia, dentro e fora do ensino superior, foram enfatizados pelos participantes do Seminário Nacional Amazônia Agroecológica.

Na busca por apoiar a sistematização dos conhecimentos populares, a promoção de uma formação contra-hegemônica no meio acadêmico-científico, a FASE faz parcerias com universidades e realiza convênios com órgãos públicos.

Durante painel, Jaqueline Cunha da Serra Freire, professora e pesquisadora na Universidade Federal do Pará (UFPA), e da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, ressaltou os resultados positivos alcançados em atividades acadêmicas dos cursos de tecnólogo em Agroecologia e de licenciatura em Educação no Campo, no campus universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba da UFPA.

“A FASE está conosco permitindo aos alunos um exercício prático de elaboração em gestão de projetos voltados para cidades amazônicas. Nossos estudantes podem desenvolver a competência da leitura e da compreensão de um edital e formular projetos com raiz na sua realidade. Isso é importante para desenvolver competências múltiplas e uma formação com pertencimento, que é a função social das instituições públicas de ensino”.

No âmbito do projeto Amazônia Agroecológica, as comunidades tradicionais, agroextravistas, quilombolas, indígenas e de agricultores familiares no Pará e Mato Grosso participaram de diferentes momentos de capacitação, sistematização e articulação com instituições, pesquisadores e representantes de órgãos públicos. Para Tatiana Sá, pesquisadora na Embrapa Amazônia Oriental (EMBRAPA/CPATU), tal proposta demonstra que a abordagem transdisciplinar e de longa duração é essencial para a construção do conhecimento voltado à promoção da sustentabilidade e da segurança alimentar nos territórios.

“A FASE coloca o ‘modo dois’ da construção do conhecimento em prática”, enfatiza a pesquisadora ao lembrar que desde a década de 1990 a discussão sobre projetos e pesquisas focados na realidade passou a nortear ações nas instituições de ensino, pesquisa e extensão e nas organizações nos territórios.

“Grande parte do alcance do projeto vai para além dele por causa da capilaridade da FASE. Convivo com essa instituição desde a década de 1990 e, ao longo do tempo, a

FASE tem permitido que a Embrapa faça parte dessa esfera que forja as complementariedades, corrige as complexidades, e permite compreender um pouco do que está acontecendo com as pessoas nas várias instituições”.

A abordagem transdisciplinar, no entanto, ainda é um desafio de maneira geral, em sua visão, já que os territórios são pouco ouvidos pelos agentes externos. Ao mesmo tempo, a forma como as políticas públicas são tratadas em muitos editais reforça modelos de projetos curtos, custosos, e voltados para questões urgentes, não priorizando a aderência da realidade de uma forma mais contínua. Nesse contexto, a FASE abre “brechas e frestas” importantes, diz Sá.

Freire e Sá também lembram que ainda são poucos os espaços de convivência dos estudantes que estão nas universidades com as realidades amazônidas.

“Os movimentos reconhecem a necessidade de inovação e valorizam a ciência, mas os cursos ainda não atravessam os movimentos como poderiam. Há uma racionalidade acadêmica que reina. Precisamos avançar no diálogo e na aproximação e, de fato, levar a academia para os territórios e os territórios para a academia”, disse Freire.

“Seria importante que mais fundos sejam criados e eles possam financiar bolsas de participação de agentes locais e de estudantes e pesquisadores para intercâmbios nos mesmos espaços dos grupos de produtores e indígenas. Também acho que a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos-PA) tem uma possibilidade muito interessante de alcançar as instituições de ensino e pesquisa nesses territórios”, observa a pesquisadora da EMBRAPA/CPATU.

O que é a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos-PA)

Formada por representantes de Órgãos Públicos e da sociedade civil, sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará, a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos-Pará) atua em âmbito estadual, debatendo ações, bem como realizando orientações através de Notas Técnicas e Recomendações Legais conjuntas, voltadas para viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar. Também trabalha junto às comunidades outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Estadual Alimentação Escolar do Pará (PEAE).

Em sua fala durante o Seminário Amazônia Agroecológica, Raimunda Monteiro, ex-reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e que atua como secretária adjunta da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, subordinada à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CDESS), destacou o contingente de egressos de institutos federais (IF) e de universidades que hoje estão baseados em mais de 300 municípios na Amazônia.

“São biólogos, engenheiros agrônomos, economistas, advogados indígenas e quilombolas e que estão presentes nas comunidades. Isso é fruto de uma política de inclusão, algo que não tínhamos há 15 anos”.

Por outro lado, ela lembra que muitos estão desempregados porque não haver dinamismos urbanos que os empreguem. “São indivíduos com uma profissão que podem interagir com os conhecimentos tradicionais de forma muito construtiva”.

Freire, professora da UFPA, aponta outra face de tensão: a pressão do mercado sobre a formação em agroecologia em nível superior. “Alguns cursos nascem como Licenciatura em Ciências Agrárias e por falta de aderência se transformam em Agronomia. Outros, são alvo de ação pública contra a oferta de cursos para assentados da reforma agrária”.

Espaços de conhecimentos dos povos da floresta

A importância de se garantir outros espaços de construção do conhecimento sobre o modelo da agroecologia desenvolvido pelo campesinato, e sua capacidade de enfrentar os desafios na produção de alimentos, também foi debatido. A recuperação de entrepostos em comunidades, a construção e a manutenção de unidades do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e da Casa Familiar Rural foram apontados pelos participantes como prioritários para o desenvolvimento próprio do campesinato e das múltiplas territorialidades.

Só no oeste do Pará, são 25 casas familiares. A participante Neida enfatiza a força do movimento social e o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para o funcionamento dos locais, consideradas por ela um eixo principal para os filhos dos produtores e produtoras acessarem formação técnica dentro da agroecologia.

“Temos um grupo de presidentes que luta para que as casas funcionem do nosso jeito, assegurando aos jovens a pedagogia da alternância, que é aquela em que parte da metodologia é na escola e parte na propriedade junto com a sua família. Nós já temos as pesquisas que os nossos antepassados fizeram, mas a nossa juventude e os nossos produtores precisam criar mais”.

Na região do Arapiuns, em uma das comunidades que forma o PAE Lago Grande, cinco cursos técnicos foram autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do Pará. Durante o Seminário, a agricultora compartilhou o esforço conjunto para a conquista dos cursos. “Cada vez que a gente ia ao Conselho, eles pediam um documento diferente. Muita burocracia. Mas conseguimos. É algo para atender os jovens que querem essa formação para ter um olhar diferenciado e uma formação para depois entrar num outro local acadêmico”.

Resultados como esse são almejados por Magnanes, agricultor agroecológico de Nova do Jari em Almeirim/PA. “Eu ainda sonho com a Casa Familiar Rural no município de Almeirim para gente começar a transformação e apoiar as comunidades do nosso território de Nova Jari a mostrar para este mundo capitalista que não é desta forma que a vida é para ser vivida”.

Para Tatiana Sá, o mapeamento das instituições de ensino e pesquisa e dos movimentos sociais e de quais políticas estatais e não estatais incidem em cada região são fundamentais para auxiliar na atuação mais efetiva de organismos como o BNDES na promoção da agroecologia.

“O professor Ennio Candotti começou esse mapeamento do campo, mas precisamos avançar, especialmente para os movimentos sociais. Nos últimos anos, foram as organizações da sociedade civil que ajudaram a salvar o Brasil em tempos de miséria e de fome. É preciso dar luz a trabalhos como o da FASE, que na sua trajetória, tem cumprido seu papel como movimento, com a prática das dimensões agroecológicas

técnico-produtivas, e feito incidência política, ao associar o cultural com o desenvolvimento local”, defende a pesquisadora da EMBRAPA/CPATU.

Processos educativos fortalecem identidades, histórias, lutas e resistências no Pará e em Mato Grosso

O processo de formação de multiplicadores da FASE nos fortaleceu muito. Hoje não existe só uma Daniela que briga pelos seus direitos dentro do Pirocaba, existem várias mulheres empoderadas no território

Somos trabalhadoras de agroecologia e tínhamos vários sonhos, como vender para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mas era difícil sem ter os documentos necessários.

Com os educadores da FASE, tivemos apoio para provar que moramos naquele local, recebemos assessoria e conseguimos vender. Foi um processo muito forte e rico. Eu passei a saber o valor de cada coisinha que tenho no meu quintal e ver o quanto a produção cresceu.

Hoje a gente sabe que está fazendo o nosso papel dentro do nosso território.

Daniela Oliveira (não fala sobrenome) - extrativista da comunidade Pirocaba

“A FASE chamou nossa atenção para essa palavra tão linda que é a agroecologia”

Enquanto os grandes empreendimentos estão querendo apagar tudo que nós sabemos e vivemos, a FASE chamou nossa atenção para o que nós somos: nossas sementes, nossos saberes, nossas tradições, nossas raízes. O projeto trouxe para dentro do território a importância de trabalhar a autonomia e a geração de renda das mulheres.

Tivemos grandes encontros e intercâmbios e conseguimos ver tantas vidas que são de lutas e resistências. Vivemos tantas coisas dentro desse projeto para conseguir entender que a gente se enquadra na agroecologia há muito tempo.

Agora, a gente precisa lutar mais para ter mais mulheres saindo dos seus cantinhos. Lutar mais para diminuir a burocracia com nossos quintais produtivos. O primeiro passo foi dado com o apoio da FASE.

Edilena Oliveira - agroextrativista do assentamento PAE Lago Grande.

“O apoio da FASE nos mostra que precisamos ser firmes e fortes na luta para continuar reproduzindo a agroecologia no nosso território”

O Amazônia Agroecológica, e também outros projetos da FASE, nos mostrou a riqueza dos nossos sítios e da produção das famílias nas hortas.

Como agricultora agroecológica de Igarapé Miri/PA afirmo que todas as nossas ações na base para levar para o campo e para a cidade alimentos para serem consumidos sem risco de adoecer. O apoio da FASE nos mostra que precisamos ser firmes e fortes na luta para continuar reproduzindo a agroecologia no nosso território, mesmo com as muitas dificuldades colocadas pelos órgãos e poderes públicos.

Bena Gonçalves - agricultora de Igarapé Miri/PA

“Através da FASE conseguimos resgatar a cultura de ter o alimento em casa. É algo muito rico a gente produzir o nosso próprio alimento”

Eu aprendi com a FASE a ver o valor no nosso pedacinho de terra. Antes, quando eu trabalhava de boia-fria, trabalhava de dia para comer de noite. Depois de ser assentado, comecei a plantar. Com os conhecimentos da FASE, hoje eu anoto tudo que produzo e quanto eu ganho. É muito bom ter condições de receber os amigos em casa e ter a família por perto com a mesa cheia, fruto do resultado do nosso trabalho.